



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE - ICS

Relatório de Gestão

Exercício 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE - ICS

RELATÓRIO DE GESTÃO:
EXERCÍCIO DE 2025

SANTARÉM-PA

2025

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Reitora
Aldenize Ruela Xavier

Vice-Reitora
Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-Reitor de Administração
Warlivan Salvador Leite

Pró-Reitora da Cultura, Comunidade e Extensão
Ediene Pena Ferreira

Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Carla Marina Costa Paxiuba

Pró-Reitor de Gestão Estudantil
Luamim Sales Tapajós

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas
Fabríciana Vieira Guimarães

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica
Kelly Christina Ferreira Castro

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Cauan Ferreira Araújo

DIRETORES DE UNIDADES ACADÊMICAS

Instituto de Biodiversidade e Florestas

Diretor: Thiago Almeida Vieira

Instituto de Ciências da Educação

Diretora: Lademe Correia de Sousa

Instituto de Ciências da Sociedade

Diretora: Ana Maria Silva Sarmiento

Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas

Diretor: Frank Raynner Vasconcelos Ribeiro

Instituto de Engenharia e Geociências

Diretor: Abraham Lincoln Rabelo de Sousa

Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural

Diretor: Raimundo Valdomiro de Sousa

Instituto de Saúde Coletiva

Diretor: Waldiney Pires Moraes

DIRETORES DE CAMPI

Campus de Alenquer

Diretora: Maria do Rosario da Silva

Campus de Itaituba

Diretor: Jonas Santos Leite

Campus de Juruti

Diretora: Celeste Queiroz Rossi

Campus de Monte Alegre

Diretora: Marcella Costa Radael

Campus de Óbidos

Diretora: Marilene Maria Aquino Castro de Barros

Campus de Oriximiná

Diretora: Dávia Marciana Talgatti

DIRIGENTES DA UNIDADE

Instituto de Ciências da Sociedade
Diretora do Instituto de Ciências da Sociedade
Ana Maria Silva Sarmento

Vice-Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade
Amadeu de Farias Cavalcante Júnior

Coordenação Acadêmica
Tadeu Andreoli

Coordenação Administrativa
Greyce Warleny Cruz de Sousa

Coordenação Técnica
Diny Silvane Teixeira e Silva

Curso de Bacharelado em Antropologia
Florêncio Almeida de Vaz Filho

Curso de Bacharelado em Arqueologia
Camila Pereira Jácome

Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas
Elen Cristina da Silva Pessoa

Curso de Bacharelado em Direito
Juliana Matos Martins

Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional
Márcio Júnior Benassuly Barros

Coordenação da Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia
Eduardo Soares Nunes

Coordenação da Pós-graduação em Ciências da Sociedade
Bruno Alberto Paracampo Mileo

APRESENTAÇÃO



Ana Maria Silva Sarmento
Diretora do ICS

O Instituto de Ciências da Sociedade compõe-se de 5 cursos de graduação e dois de pós-graduação com perfis e áreas de concentração distintas. O Instituto reúne cerca 1166 discentes de graduação, 73 docentes e 18 técnicos. Uma parte dos cursos de graduação define-se pelas áreas das Ciências Sociais Aplicadas e, por outra parte, como Ciências Humanas. Os que estão definidos como Ciências Sociais preservam a característica da interdisciplinaridade enquanto os demais têm constituição mais disciplinares por tradição de formação do seu campo e de suas condições de produção científica.

O ICS é identificado por meio de sua característica de aliar produção acadêmica, que desafia os modelos mais normativos, com forte viés extensionista voltado para ações de curto, médio e longo prazos que envolvam diretamente a comunidade dentro e fora dos muros da Universidade, atendendo demandas sociais em todos os campi da UFOPA.

É assim que o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão reflete a dinâmica entre as áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Os cursos de graduação e de pós-graduação do Instituto têm construído trabalhos dentro da pesquisa e da extensão buscando aliar docentes e discentes em projetos comuns, desenvolvidos na perspectiva proposta pela interdisciplinaridade.

Nesse sentido, a sinergia resultante de um ambiente de formação social crítica, que alimenta os cursos de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu) em consonância com os processos históricos sociais e políticos da região do Oeste do Pará, constitui a identidade do Instituto de Ciências da Sociedade. É o ICS um importante foco de reflexões que transcendem o ambiente acadêmico stricto sensu e que impactam diretamente a universidade como um todo.

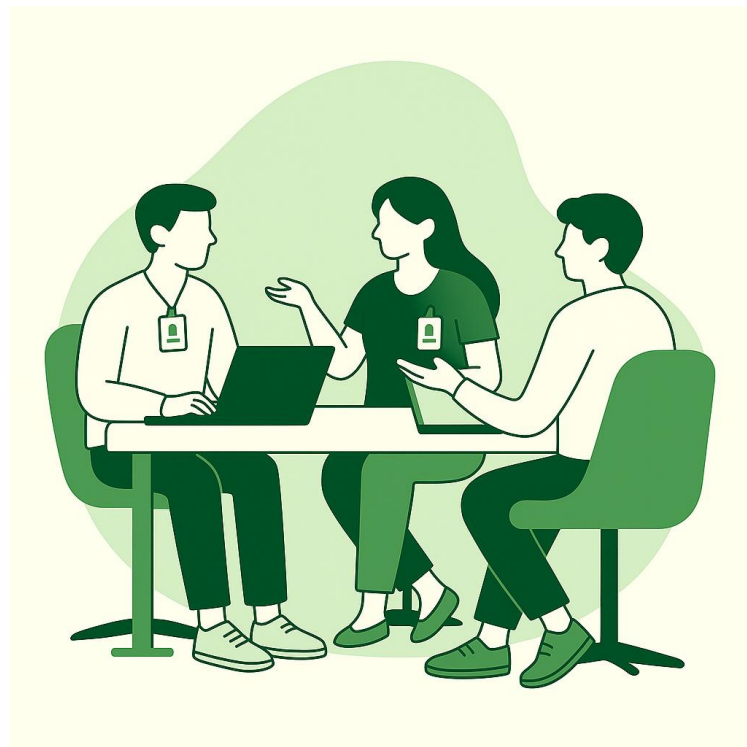
É importante destacar que, para além das medidas pioneiras voltadas para o acompanhamento dos alunos indígenas e quilombolas da graduação e da pós-graduação, permanece como proposta a continuidade das reflexões dentro do Instituto visando o aprimoramento das ações já existentes e que muito devem contribuir para o percurso acadêmico empreendido pelos discentes indígenas e

quilombolas.

No que se refere aos discentes com deficiência, há uma ação desenvolvida no ICS que busca o levantamento do perfil destes alunos cujo resultado há que ser o de municiar os docentes na elaboração de seus planos de ensino, visando melhor adequação para o acompanhamento das disciplinas, propiciando o melhor avanço no percurso acadêmico e curricular destes discentes.

SUMÁRIO

1	VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	10
1.1	Identificação	10
1.2	Organização Administrativa.....	11
1.3	Infraestrutura Física.....	11
1.4	Gestão de Pessoal	18
1.5	Sustentabilidade Ambiental	28
2	RESULTADOS ALCANÇADOS	56
3	GESTÃO DE RISCOS	71
4	INOVAÇÃO E MELHORIA DE PROCESSOS.....	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75



1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

O Instituto de Ciências da Sociedade - ICS, localizado no 3º andar do Bloco Modular Tapajós I, insere-se como um dos 7(sete) institutos que compõem a sede da Universidade Federal do Oeste do Pará. É a Unidade que visa, especialmente, formar cidadãos críticos da realidade onde estão inseridos para que possam contribuir, positivamente, para o desenvolvimento da região.

1.1 Identificação

O Instituto de Ciências da Sociedade é composto pelas seguintes subunidades: Curso de **Antropologia**, Curso de **Arqueologia**, Curso de **Ciências Econômicas**, Curso de **Direito**, Curso de **Gestão Pública e Desenvolvimento Regional**, **Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade** (PPGCS) e **Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia** (PPGAA).

Na parte administrativa, o ICS conta com uma **Coordenação Administrativa** cujas principais atribuições estão voltadas ao controle orçamentário do Instituto; uma **Coordenação Técnica** que opera junto com os docentes na formalização de processos de progressão funcional e instrução de projetos de pesquisa, extensão e monitoria; uma **Coordenação Acadêmica** que trabalha no controle e organização dos diversos procedimentos do percurso acadêmico dos alunos de graduação, zela pelo planejamento pedagógico semestral do Instituto e assessora as coordenações de cursos no processo de avaliação interna e reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos.

Além dessas três coordenações, o instituto conta também com a **Secretaria da Direção** que tem como principais atribuições auxiliar a Direção do Instituto, elaborar despachos, agendar e secretariar as reuniões do Conselho, emitir documentos da Direção, receber processos e encaminhá-los ao devido setor ou subunidade.

O ICS conta também com uma secretaria que auxilia a coordenação do Programa de Pós- Graduação em Ciências da Sociedade e a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia.

1.2 Organização Administrativa

Estrutura: Direção, Coordenação Acadêmica, Coordenação Administrativa, Coordenação Técnica.

Organograma: <https://ics.ufopa.edu.br/ics/instituto/organograma/>



1.3 Infraestrutura Física

Curso de Direito – projetos de pesquisa e extensão:

Considerando que o curso de Direito conta com vários projetos de pesquisa e projetos de extensão em andamento, que possuem calendário fixo de reuniões e atividades, compreendemos que os espaços disponibilizados para

a realização das ações são insuficientes, seja em número ou em área, para reunir a quantidade de integrantes.

É importante que o curso tenha a possibilidade de utilizar salas maiores, pois, além de termos muitos discentes envolvidos nas atividades de pesquisa e extensão, alguns docentes lideram projetos que contam com a participação de pessoas externas à comunidade acadêmica, como é o caso da Clínica de Direitos Humanos, do Grupo de Apoio à Adoção Tapajós, do CJUA, do NAJUP e do Observatório Interdisciplinar Fiscal e Tributário.

No que concerne às atividades do Observatório Interdisciplinar Fiscal e Tributário, a coordenadora, professora Dra. Juliana Matos Martins, encontrou dificuldades para reunir semanalmente com todos os integrantes, pois a quantidade de participantes (que chegou a 45) era maior do que a quantidade de cadeiras que as salas geralmente possuem, exigindo planejamento de solicitação de agendamento da sala 447, do BMT, o que nem sempre possível.

O mesmo se aplica à Clínica de Direitos Humanos, coordenado pela professora Lidiane Leão, que é utilizada para atividades de outros projetos ligados ao Programa de Ciências Jurídicas.

A necessidade de agendamentos de sala para as ações são um obstáculo ao bom andamento e alcance do plano de trabalho dos professores.

Outro ponto se refere ao espaço físico atual da Clínica de Direitos Humanos (sala 319-B, 3º andar, BMT I, UFOPA, Campus Tapajós), que não atende mais as necessidades do laboratório considerando que pela largura estreita da sala e quantidade de móveis, a locomoção dentro da sala fica bem reduzida, principalmente com reunião de mais de 10 (dez) pessoas no mesmo momento na sala.

Somado a isso, O Projeto Nascer em Santarém oferece a cada período 12 vagas para discentes em Estágio Supervisionado e concomitantemente tem suas atividades realizadas no mesmo espaço e durante o mesmo período 2 projetos do GAAT, além dos projetos da LADS. Por esse, motivo os projetos fazem escala para utilização do espaço físico da Clínica e atividades de formação precisam ser realizadas em outro espaço tendo em vista que o espaço atual não pode atender mais de 10 estudantes para atividades formativas.

Nesse sentido, a maior demanda da Clínica é a destinação de um espaço físico maior (pelo menos o dobro de tamanho do atual) e com possibilidade de utilização multiusuários.

Notas coordenação do curso de Direito: Atualmente encontramos desafios concernentes às salas de aula, pois o curso possui atualmente 250 alunos, distribuídos em 5 turmas (2022, 2023, 2024, 2025 e, futuramente, 2026), cada turma com 50 discentes (às vezes mais, dependendo dos discentes provenientes da MOBIN ou os que estão com percurso acadêmico irregular). Há momentos em que os docentes têm dificuldades em reunir toda a sala, seja pela falta de cadeiras suficientes, seja porque as salas não possuem cadeiras para pessoas com deficiência – e as que têm, habitualmente pessoas de outras salas as retiram e não devolvem.

Em dias de avaliação, os discentes acabam ficando muito próximos, em fileiras, prejudicando a fiscalização dos docentes e monitores.

Curso de Arqueologia

Sobre o Curso de Arqueologia, temos algumas inadequações. A primeira é relativa ao Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendaju, que neste momento, em dezembro de 2025, passa por uma reforma emergencial. Mas como já exposto diversas vezes pela coordenação do Curso e do Laboratório, é necessário uma continua adequação, considerando que recebemos continuamente acervos e pesquisas arqueológicas, advindas das disciplinas de campo do curso e de projetos e pesquisa de professores.

A segunda inadequação de espaço físico do Curso de Arqueologia é a respeito da Sala de Professores. Atualmente temos uma sala muito pequena para os professores de Antropologia e Arqueologia. Os dois cursos já não mais formam um programa, sendo isso por si só, um motivo para termos duas salas de professores separadas. O local é pequeno, não comporta todo o quadro de professores dos dois cursos, e nem as demandas de uso, que são altas. Além disso, o curso de Arqueologia perdeu pontuação na Avaliação do MEC, por esse motivo. O espaço físico do Curso foi um dos dois principais fatores para que o Curso de Arqueologia, não tivesse sua avaliação aumentada para 5.

Outra inadequação é a respeito da manutenção dos equipamentos de Laboratório, que temos muita dificuldade em conseguir, via editais da universidade, isso traz prejuízo ao equipamento público, pois muitas vezes, a demora é tal, que o equipamento se perde.

Curso de Antropologia

A infraestrutura física é insuficiente para a Unidade no que se refere à quantidade de salas, por mais que possa haver uma compreensão equivocada sobre a existência de espaços ociosos. Na verdade, o que se têm são espaços subutilizados por ausência de equipamentos (computadores, mobiliários mesa e cadeira, geladeira, bebedouro e cafeteiras) que torne a experiência e permanência na Unidade mais prazerosa e proveitosa para a produtividade que é requerida de professores e estudantes da subunidade, o Curso de Antropologia.

A inexistência de uma cantina, lanchonete ou mesmo venda de alimentos diariamente no BMT, dificulta a realização de refeições e lanches. O que se soma à inexistência de um espaço de convivência e socialização entre servidores, fundamental para a saúde do trabalhador. A única lanchonete no Laranjão fica distante e o atendimento acaba demorando. No aspecto físico, destacamos a necessidade de pausa, na postura de repouso sentado na cadeira e curtas caminhadas, além do aspecto da saúde mental e descanso das telas.

O terceiro andar do BMT, onde se localiza a Unidade e subunidade bacharelado do Curso de Antropologia, com frequência apresenta algum defeito no encanamento do banheiro, que alastra um cheiro desagradável em todo andar que invade as salas, mesmo com as portas fechadas, o que torna o trabalho insalubre. E que evidencia a ausência de circulação e renovação do ar. Isso é reforçado ainda mais quando pessoas fumam na sacada em frente a sala da coordenação acadêmica, espalhando o cheiro da fumaça do cigarro por todo o andar.

A sala das coordenações de curso (Sala 317), lamentavelmente, é composta por baias, o que impede a privacidade para atendimentos de alunos e conversas entre coordenação e vice-coordenação. O ar-condicionado possui uma

posição que distribui o ar de maneira desigual, gelando uma parte em oposição às outras salas, que ficam no calor. A sala ao fundo tem o acúmulo de alguns equipamentos: bebedouros, mesa, geladeira, tv e estabilizador que não se sabe se funcionam ou se estão apenas abandonados ali. A mesa circular está toda danificada pelas chuvas que vazaram da janela de vidro mesmo fechada. A sensação é de trabalhar numa sala abandonada. Não há nobreaks ou régua estabilizadoras para garantir o bom uso e segurança em caso de falta de energia.

Sobre a Sala 324, destinada aos professores de Antropologia e Arqueologia. Ela contém uma mesa grande com 9 cadeiras e uma ilha (sem rede elétrica instalada desde a vinda do campus Amazônia) com 4 cadeiras. Os computadores estão incompletos (4 cpus, 2 monitores e teclados e mouses) e só recentemente foram atualizados, faltando a rede elétrica para instalação e utilização. É necessário reforçar que os cursos de Antropologia e Arqueologia já não formam um programa faz tempo, sendo isso por si só, um motivo para termos duas salas de professores separadas. O local é pequeno, não comporta todo o quadro de professores dos dois cursos, e nem as demandas de uso, que são altas. Além disso, o curso de Arqueologia perdeu pontuação na Avaliação do MEC, por conta das suas instalações de espaço físico. A sala possui mobiliário de mdf lotado que guarda ainda coisas misturadas dos 2 cursos, que ainda são entendidos como um programa. Não temos bebedouro, cafeteira ou impressoras em funcionamento nessa sala que tem múltiplas funções. Não há um projetor fixo ou televisor que facilite o uso em apresentações e reuniões híbridas. Essa mesma sala além de ser dividida com 2 cursos de graduação, passou a ser compartilhada também com a pós-graduação em antropologia e arqueologia, o PPGAA.

A copa da unidade conta apenas com um micro-ondas e frigobar. Não há uma cafeteria ou bebedouro ou mesmo uma chaleira elétrica, pelo fato de outras salas terem suas cafeteiras e bebedouros, a copa parece não ser entendida como um espaço de uso dos demais servidores que não tem esses equipamentos em suas salas.

Os banheiros da Unidade não possuem chuveiro, o que não permite que a estadia prolongada de turnos de trabalho seja confortável principalmente para as mulheres.

Temos a necessidade de mais uma sala para instalação de projetos-laboratório de pesquisa e extensão de professores que estavam afastados para o doutorado quando essa atual distribuição de espaços foi feita e segue sem ser atualizada. Assim ao retornarem não tem onde desenvolver suas atividades de atendimento, orientação e cadastro de laboratório de pesquisa para seus projetos.

A Unidade tem necessidade de uma sala de estudo com baias para os alunos poderem ler e estudar no BMT. No momento, só o Laboratório de Ensino não é suficiente, posto que as mesas já estão ocupadas com computadores. E não há divisórias para facilitar a concentração e estudo. Essa sala de estudos seria de uso só dos alunos.

A Unidade necessita de uma sala para realização das atividades de monitoria do projeto CE ANAMA, que se destina atender os alunos indígenas e quilombolas do instituto. O ICED, por exemplo, inaugurou recentemente o seu espaço. SE o ICS? Sem uma sala é difícil centralizar o trabalho dos monitores e garantir o cumprimento das 20 horas semanais. Assim como não se constrói uma cultura positiva de um espaço de formação em paralelo a sala de aula.

mas muitas vezes pelo fato das pessoas que estão no cargo, perderem tempo em busca de fluxos de processos, caminhos no SIPAC e outros meandros da administração pública. Sendo assim, se cada curso tivesse um secretário essas barreiras, que levam a perda de tempo, prazos, sobrecarga, adoecimento físico e mental, poderiam ser melhoradas.

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade

A sala da secretaria do PPGCS não possui divisória para a sala da coordenação acadêmica do ICS o que implica em ruídos que atrapalham o trabalho da secretária que possui sensibilidade ao barulho, já foi solicitado à SINFRA a divisão, porém ainda não foi concretizada.

Além disso, o Programa não dispõe de uma sala de reuniões o que dificulta a realização de reuniões presenciais. Tal sala, caso existisse, poderia

ser utilizada para as reuniões das comissões do programa, como a comissão de autoavaliação, por exemplo que apesar de permanente, não possui espaço próprio para o trabalho dos seus membros.

Curso de Economia

Em relação ao curso de Ciências Econômicas, neste ano houve uma melhora na estrutura do Laranjão com a reforma nas salas que se utiliza para as aulas, a sala 205 tinha problemas sérios de rachaduras envolvendo integralmente duas paredes laterais à esquerda e direita da sala. As salas de aula atendem ao número de vagas que é de 50 vagas por disciplina no curso. Ainda necessitamos de espaço físico para comportar os projetos existentes e os novos surgidos de pesquisa/extensão, tais como programa Incubadora de Empreendimentos Solidários, e outros projetos que não tem sala para seu funcionamento, o que faz os professores usarem a sala 321 para reunir com os alunos e alguns professores utilizarem a sala do GEPESA que é pequena e não comporta todos os projetos do curso. O curso dispõe de 02 salas pequenas para os laboratórios GEPESA e o LEPE-ODESTA, espaços esses que não atendem as demandas de projetos que ali utilizam o espaço, visto que os projetos tem além dos coordenadores, os colaboradores e estudantes que compõem os projetos. Melhorou a questão dos data-shows no Laranjão. Outro problema são as infiltrações e vazamento de água nas salas do BMT I e II, exemplo sala 327 que de vez em quando tem problema com o ar condicionado com vazamento de água; chuvas fortes fazem entrar água na sala 317 (sala dos coordenadores e sala 321 (sala dos professores de Economia e Gestão Pública).

1.4 Gestão de Pessoal

- **Quadro de Servidores:** O ICS possui um total de 91 servidores, sendo 73 professores (59 estão ativos, 6 estão cedidos, 1 está afastado e 7 são professores substitutos). Além de 18 técnicos administrativos, dos quais 17 estão ativos e 1 se encontra afastado.



Quadro de servidores do ICS

CARGO	QUANTIDADE
Administrador (a)	1
Assistente em Administração	11
Pedagogo (a)	1
Secretário(a) Executivo(a)	2
Técnico em Assuntos Educacionais	1
Técnico de Laboratório Área	2
Professor (a) Magistério Superior	59
Professor (a) Magistério Superior Substituto	7
Professor (a) Magistério Cedidos	7
TOTAL	91

Quanto à titulação dos servidores do ICS, preparamos dois gráficos separados para facilitar a visualização das informações, apresentados a seguir. Esses gráficos permitem observar de forma clara a distribuição dos níveis de formação entre os técnicos e docentes, contribuindo para uma compreensão mais precisa do perfil acadêmico do Instituto.



Análise Reflexiva

- Ao analisar o quadro de pessoal do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS), composto atualmente por **91 servidores**, sendo **18 técnicos administrativos** e **73 docentes (entre efetivos, substitutos e cedidos)**, observa-se que a estrutura existente tem sido suficiente para manter o funcionamento básico das atividades institucionais. No entanto, ao considerar a expansão prevista para 2026 — especialmente com a implantação do **novo curso de Jornalismo** — e a necessidade de adequação às novas exigências da **Resolução Consun nº 318/2025**, que amplia substancialmente as atribuições administrativas e acadêmicas das subunidades, torna-se evidente que a força de trabalho atual tende a ser insuficiente para o próximo exercício.

- **Sobre a equipe técnica**

O ICS conta com um quadro reduzido frente ao volume de processos exigidos pela Resolução 318/2025. As coordenações (Administrativa, Técnica, Graduação e Pós-Graduação), Núcleo de Apoio Pedagógico, Secretaria da Direção e demais setores terão aumento direto de demanda, tanto pela organização interna quanto pelas atribuições obrigatórias descritas em mais de uma centena de atividades institucionais.

A entrada de um novo curso — que cria novas rotinas acadêmicas, novos colegiados, novos processos de estágios, PPCs, coordenação própria e maior demanda no SIGAA — naturalmente pressiona áreas já operando no limite. Diante disso, **identifica-se risco real de sobrecarga**, especialmente para:

- Assistentes em Administração;
- Técnicos de Assuntos Educacionais;

- Gabinete da Direção,
- Coordenação Acadêmica de Graduação;
- Núcleo de Apoio Pedagógico;
- Coordenação Administrativa (sobrecarga crítica pelo volume de processos da PROGEP, DAP, PROPLAN e SCDP).

A Resolução 318/2025, ao detalhar processos complexos e obrigatórios, pressupõe uma equipe mais robusta que a atual. Portanto, **há necessidade clara de ampliação do quadro técnico**, priorizando áreas administrativas, pedagógicas e de suporte acadêmico.

- **Sobre o quadro docente**

O ICS possui atualmente **59 docentes efetivos em sala, 7 substitutos e 7 cedidos**. Na prática, esse número já é reduzido quando distribuído entre todos os cursos: Arqueologia, Direito, Antropologia, Economia, Gestão Pública, além das duas pós-graduações.

Somando-se a isso:

- Docentes que desempenham funções de gestão das coordenações, direção e vice direção), com **redução de carga horária de ensino**;
- Docentes envolvidos em projetos de pesquisa e extensão, conforme previsto em normativas institucionais, o que também reduz a carga didática disponível;
- Docentes cedidos, que não contribuem para as demandas internas do ICS;
- Um cenário futuro de ampliação da oferta, com a criação do curso de Jornalismo;
- Necessidade de reformulação de PPCs, participação em NDEs,

colegiados e avaliações externas (ENADE, visitas in loco, autoavaliação), o que exige tempo docente não contabilizado como CH de ensino.

Quando essas variáveis são consideradas, fica evidente que o quadro docente **opera no limite**, sendo comum o acúmulo de disciplinas, a necessidade de substitutos temporários e a alta demanda por redistribuição de cargas de trabalho.

O risco de **sobrecarga docente** aumenta substancialmente com:

- novas turmas do novo curso;
- maior participação obrigatória em processos acadêmicos amplificados pela Resolução 318/2025;
- necessidade de acompanhamento pedagógico mais estruturado por parte dos cursos (NDE, colegiados, revisões de PPCs).

Assim, recomenda-se para 2026 a **solicitação de ampliação do quadro docente**, com prioridade para áreas do novo curso e cursos que já operam com distribuição de carga acima do recomendável.

Houve sobrecarga?

Sim, há fortes indícios. A sobrecarga ocorre porque o ICS opera com autonomia ampliada, vários cursos simultâneos, duas pós-graduações, coordenações complexas e uma estrutura administrativa pequena diante da dimensão das obrigações institucionais.

Mesmo com a dedicação e capacidade adaptativa da equipe, as funções vêm sendo acumuladas, prazos são frequentemente tensionados e setores-chave funcionam com **quantitativos mínimos**.

- **Necessidade de ampliação do quadro para o próximo exercício**

Considerando:

- A implementação da **Resolução 318/2025**, que aumenta a complexidade

administrativa;

- A ampliação da oferta acadêmica com o curso de **Jornalismo**;
- O crescimento das demandas por planejamento, acompanhamento pedagógico, registros acadêmicos e suporte estudantil;
- As reduções de carga docente decorrentes de funções administrativas, cargos de gestão e projetos institucionais;

É recomendada a **ampliação do quadro de pessoal** para 2026.

Curso de Direito

Cada docente do curso de Direito ministra disciplinas de acordo com sua formação, especialidade e campo de pesquisa, a maior parte lidera projetos de pesquisa e/ou extensão, ou atua como integrante em projetos no âmbito do ICS ou outro instituto da universidade. Porém, há professores que preferem atuar exclusivamente em atividades de ensino (sala de aula), o que ocasiona dificuldades na distribuição e/ou composição de carga horária considerando as demais atividades de pesquisa, de extensão, administrativa ou de gestão. As tentativas de inclusão dos docentes nessas atividades foram frustradas, devido à sua negativa. Devido a isto, no caso de alguns, não conseguem alcançar a progressão.

O curso de Direito conta com 250 discentes, distribuídos por 5 turmas, sendo uma turma de entrada a cada processo seletivo, cujo quantitativo de vagas disponibilizado é de 50. Não temos uma taxa significativa de evasão no curso de Direito e recebemos discentes por meio de mobilidade acadêmica ou transferência de outras universidades todos os anos. Tal quantitativo acarreta a necessidade de acompanhamento e atenção intensificada, para que seja possível a esta coordenação acompanhar os discentes em seu percurso acadêmico e em suas solicitações, o que tem sido possível graças ao apoio dos servidores técnicos da coordenação acadêmica do Instituto de Ciências da Sociedade.

O curso de Direito possui um laboratório em sua estrutura, o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), coordenado pela professora Dra. Maria da Conceição Cosmo Soares. Recentemente, no ano de 2024, o NPJ sofreu uma perda de apoio técnico. A servidora que atuava como técnica no núcleo foi transferida e desde então, os docentes precisam administrar e acompanhar os discentes que realizam estágio supervisionado (componente curricular obrigatório do curso), além de acompanhar o público atendido no laboratório. Para diminuir a carga de trabalho dos docentes, o programa selecionou e contratou um estagiário, cuja bolsa é paga através da receita do PCJ. Porém, não tem sido suficiente.

Devido ao exposto, a coordenadora do NPJ solicitou a **alocação urgente de um técnico** por encontrarem-se no limite do atendimento no Núcleo de Prática Jurídica, diante da falta de secretária para assumir os inúmeros serviços que este setor demanda. A continuar assim, tememos pela qualidade dos serviços, em particular de nossas estatísticas, controles e direcionamento de novas práticas, os professores estão fazendo a maior parte da função de atendimento, além da função típica, importante não apenas pela sua essencialidade, mas significativa pelo volume.

Até o momento a solicitação de técnico para o NPJ não foi deferida. Em 2026 temos a intenção de nos dedicar novamente ao atendimento do apelo dos professores do Núcleo. Também identificamos a necessidade de bolsas de monitoria (pelo menos 2 bolsas) para Clínica de Direitos Humanos (espaço destinado ao ensino, à pesquisa e à extensão, posto que não se tem um técnico administrativo destinado à Clínica como alguns laboratórios da UFOPA possuem.

Curso de Economia

O curso de Ciências Econômicas possui em seu quadro atual, 13 professores efetivos e 01 professor substituto. Desse total de efetivos, temos: um professor afastado de licença para doutoramento e uma professora transferida recentemente de Alenquer para o curso por motivo de saúde. Em relação à função dos professores efetivos, temos 12 professores com 40 horas de e 01 professor com 40 horas sem dedicação exclusiva.

Os docentes cumprem atividade de ensino onde ministram as disciplinas de acordo com o concurso realizado, bem como buscam atuar a partir do doutorado realizado, atualmente todos participam de projetos de pesquisa, seja como coordenador ou como colaborador(a) e vice coordenador(a), e alguns de projetos de extensão, também assumem atividades de função administrativa no ICS e no curso, temos alguns docentes que já participam como docentes e coordenação de pós graduação.

O quadro de professores do curso de Ciências Econômicas com seus 13 professores efetivos e um professor substituto, indica que futuramente precisaremos ampliar esse quadro. Neste ano já temos professores na pós graduação o que é positivo, e em 2026 teremos mais um professor que participará de pós-graduação no ProFiape. No futuro essa dinâmica tenderá a aumentar a participação de professor em pós graduação, o que pedirá novos códigos de vagas para novos professores, visto que o professor que está na pós-graduação deve assumir pelo menos uma disciplina na graduação, caso que ainda não acontece no curso devido ao professores que estão na pós graduação assumirem mais de uma disciplina na graduação, se todos os professores que estão na pós-graduação assumirem pela regra uma disciplina na graduação, ficaremos desfalcados de professores para algumas disciplinas. Necessário se faz também verificar como se dará a relação de trabalho técnico e curso com a nova resolução que distribui as tarefas para cada uma das categorias.

Curso de Arqueologia

Há algumas questões de sobrecarga no entendimento do Curso de Arqueologia. A primeira delas é que consideramos que o antigo modo de funcionamento de cada curso ter um secretário específico seria muito mais produtivo e de fato auxiliador para os coordenadores de Curso. Atualmente, a coordenação de Curso tem sido sobrecarregada não somente com questões de curso, mas muitas vezes pelo fato das pessoas que estão no cargo, perderem tempo em busca de fluxos de processos, caminhos no SIPAC e outros meandros da administração pública. Sendo assim, se cada curso tivesse um secretário

essas barreiras, que levam a perda de tempo, prazos, sobrecarga, adoecimento físico e mental, poderiam ser melhoradas.

Entendemos também que o Curso de Arqueologia necessita de aumentar o seu cargo de docentes para pelo menos 12 professores. Isso ajudaria a evitar retenção de alunos, por falta de professores para ministrar disciplinas obrigatórias e optativas, geraria maior possibilidade de saídas para qualificação dos docentes, um direito de nossa carreira, aumentaria o quadro de orientadores e poderia melhorar na retenção de TCC's e também traria mais equilíbrio a carga de sala de aula para os professores da Arqueologia, que se dividem entre a graduação e pós-graduação.

Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

Com o exercício de três docentes cedidos para ministério em Brasília e o afastamento de um docente para pós-doutoramento no curso de Gestão Pública, houve sobrecarga de trabalho no ano de 2025 para os docentes na ativa. Atualmente temos uma docente substituta cujo contrato vence em 20/05/2026 em pleno exercício das aulas do próximo semestre 2026.1, o que poderá afetar o andamento das disciplinas a ser ofertada por esta docente. **Terminado o contrato desta docente o curso de Gestão Pública terá que realizar novo contrato para preenchimento de vaga de docente substituto.**

Curso de Antropologia

O Curso não conta com um servidor técnico para apoiar a Coordenação na redação de atas, por exemplo, e isso faz muita falta, pois os professores coordenadores precisam fazer atas, além das suas outras atividades.

Todas as demandas do curso são de responsabilidade da coordenação e vice-coordenação sem um apoio e suporte sobre como ser feito. As demandas só aumentam e as exigências de entrega e prazos só diminuem, como esse relatório por exemplo. A universidade e a unidade terem servidores

sobrecarregados é só sintoma da precarização da universidade e quantidade insuficiente de servidores.

Contudo é necessário que a distribuição de trabalho seja mais equânime e que PIT de servidores públicos concursados com mesmo de 40 horas não sejam aprovados pela Unidade e subunidades posto que é perceptível que são sempre os mesmos servidores que se comprometem com as comissões e conselhos e atividades extras a sala de aula.

A sobrecarga é não só acúmulo de demandas, mas o estresse de não saber o fluxo ou de como fazê-las, o que é simples para um servidor técnico em assuntos educacionais ou técnico administrativos. Consideramos que o antigo modo de funcionamento de cada curso ter um secretário específico era mais produtivo e de fato colaborava com a celeridade e objetividade na execução de tarefas e demandas para os coordenadores de Curso. Atualmente, a coordenação de Curso tem sido sobrecarregada não somente com questões de curso, mas muitas vezes pelo fato das pessoas que estão no cargo, perderem tempo em busca de fluxos de processos, caminhos no SIPAC e outros meandros da administração pública. Sendo assim, se cada curso tivesse um secretário essas barreiras, que levam a perda de tempo, prazos, sobrecarga, adoecimento físico e mental, poderiam ser melhoradas.

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade

Como o quadro docente dos cursos de graduação é reduzido, os professores que estão na pós-graduação não diminuem a carga horária de ensino na graduação, ou seja, os professores mantêm a sua carga horária de graduação e acumulam com a carga horária na pós-graduação, implicando em sobrecarga de trabalho no corpo docente. O ideal seria a ampliação do número de docentes nos cursos de graduação para que os professores da pós-graduação pudessem dividir sua carga horária entre graduação e pós-graduação sem sobrecarga.

1.5 Sustentabilidade Ambiental

Curso de Antropologia

O ICS poderia liderar uma campanha de preservação da árvore samaumeira que corre risco de ser cortada para a construção do novo bloco. Seria fundamental que a Universidade ampliasse os pontos de coleta para reciclagem e voltasse a incluir o vidro.

A obrigatoriedade de separar o lixo deveria se estender para cantina e para as práticas de limpeza, promovendo consciência ambiental também para os funcionários terceirizados que limpam e retiram o lixo.

A sobra e desperdício de alimentos do RU, poderia ser remanejada para uma composteira coletiva que ainda poderia prover adubo para universidade e comunidade acadêmica.

Ações e Projetos de Contribuição Ambiental

Podem ser destacados os seguintes projetos de ensino, pesquisa ou extensão com foco em temas ambientais

- Coordenador: LUIZ GONZAGA FEIJAO DA SILVA (ICS)
- Descrição: O desenvolvimento de estratégias de adaptação para comunidades vulneráveis, especialmente aquelas localizadas em áreas rurais da região amazônica, é um tema de grande relevância, considerando o contexto socioeconômico e ambiental da área. Essas comunidades enfrentam desafios significativos, sendo os seus recursos limitados e a ausência de Políticas Públicas adequadas uns dos principais fatores que aumentam sua sensibilidade às mudanças climáticas. A falta de acesso a recursos básicos, como água potável, saneamento e serviços de saúde, agrava ainda mais essa vulnerabilidade, resultando em insegurança, especialmente a alimentar e nutricional. As mudanças climáticas têm gerado uma intensificação de eventos climáticos extremos, como secas e estiagens, que impactam diretamente as atividades econômicas e a

qualidade de vida dessas populações. Esses fenômenos podem causar perdas materiais significativas e comprometer os meios de subsistência, especialmente a agricultura familiar nas áreas rurais, onde muitos dependem de atividades econômicas relativamente dependentes de uma estabilidade climática. Diante desse cenário, as políticas públicas ganham grande relevância. É fundamental que as políticas públicas sejam direcionadas para a criação de um ambiente propício a esse grupo, porém, que também incentive a adaptação e mitigação dos eventos climáticos. A implementação de estratégias de adaptação que promovam a resiliência das comunidades é essencial. Essas estratégias devem ser baseadas em uma abordagem integrada, que considere o conhecimento local e as práticas tradicionais, além de incorporar dados científicos sobre as vulnerabilidades específicas enfrentadas por essas populações, tanto rurais quanto urbanas. Nesse contexto apresentado acima, a bioeconomia se apresenta como uma estratégia crucial para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, promovendo ações que conciliam atividades econômicas na Amazônia com o uso sustentável de seus recursos naturais. O Governo do Estado do Pará, por meio do Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PlanBio), formalizou essa abordagem como uma política pública, reconhecendo seu potencial para impulsionar o desenvolvimento sustentável na região. O projeto busca contribuir para essa lacuna, fornecendo dados e análises que possam embasar políticas e ações concretas, fortalecendo a capacidade de adaptação e mitigação climática na região. Além disso, ao mapear as cadeias produtivas da bioeconomia, o projeto não apenas facilitará a identificação de oportunidades econômicas, mas também promoverá a integração de práticas sustentáveis que são essenciais para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. A valorização dos recursos naturais e o fomento a práticas de uso sustentável são fundamentais para garantir a resiliência das comunidades amazônicas e a conservação da biodiversidade, assegurando um futuro mais sustentável para a região.

Projeto de pesquisa: PVCS1734-2025 - Bioeconomia do Baixo Amazonas: revelando a economia da Castanha-do-Pará e produtos extrativos com princípios fármacos e cosméticos.

- Coordenador: LUIZ GONZAGA FEIJAO DA SILVA (ICS)
- Resultados: O projeto buscou diagnosticar as estratégias de mitigação e adaptação climática na região do Baixo Amazonas, com ênfase no papel e no fortalecimento da Bioeconomia. Como resultados preliminares, foram identificadas propostas de políticas públicas na região, discutidas nas Conferências Municipais de Meio Ambiente.
- De forma geral, apesar da variedade e relevância das propostas, o levantamento mostra que ainda não há ações concretas implementadas, mas sim intenções e diagnósticos iniciais formulados pela sociedade civil e pelos municípios. As sugestões centram-se em preparar os territórios para eventos climáticos extremos e promover modelos produtivos mais sustentáveis. Esse panorama indica que os municípios reconhecem os desafios climáticos e buscam soluções, porém ainda estão em fase preliminar de formulação e priorização de políticas públicas.
- Além do levantamento das propostas de políticas públicas para mitigação e adaptação climática, o projeto também buscou identificar os efeitos recentes das mudanças climáticas sobre as cadeias produtivas do Baixo Amazonas. As entrevistas e primeiros registros de campo evidenciaram que a seca prolongada de 2023 e 2024 impactou diretamente produtos como castanha-do-pará, cumaru e andiroba, resultando em escassez e redução da qualidade dos frutos.
- Esses efeitos repercutiram em toda a cadeia: extrativistas tiveram dificuldade de acesso às áreas de coleta e enfrentaram condições de trabalho precárias; atravessadores e feirantes relataram escassez crescente e elevação dos preços; e agroindústrias ficaram sujeitas à baixa disponibilidade de produtos no mercado regional.

Projeto de pesquisa: PICS1713-2025 - LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DAS TIPOLOGIAS DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES) DE CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COMO INOVAÇÃO SOCIAL.

- Coordenador: MARCIA JANETE DA CUNHA COSTA (ICS)
- Descrição: O estudo das tipologias dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de catadoras e catadores de materiais recicláveis como Inovação Social (IS) é uma investigação científica que se consolida no estudo da IS baseado no modelo de análise dos processos descritivo e operacional da inovação social. A metodologia será desenvolvida com base em revisão integrativa da literatura sobre Inovação Social, Economia Solidária e Inclusão socioeconômica de catadores, no propósito de conhecer pesquisas, metodologias e experiências desenvolvidas em âmbitos nacional e internacional. Para tal utilizaremos as técnicas; de análise proposta por Bardin (2006), e a desenvolvida pelo software para dados qualitativos ATLAS.ti, com a finalidade de organizar as informações com confiabilidade do estudo. Como resultado espera-se construir conhecimentos teórico-metodológicos para a criação do Laboratório de Inovação Social da UFOPA, em um campo de pesquisa fundamental para apoiar organizações formais e informais de base comunitária sem fins lucrativos no desenvolvimento de iniciativas de transformação social; fomentar inovações sociais para impacto social, bem como, promover um ambiente de debates, estudos e produção científica no campo da inovação social.

Projeto de pesquisa: PVCS1579-2025 - Mudanças climáticas e Bioeconomia no Baixo Amazonas

- Coordenador: LUIZ GONZAGA FEIJAO DA SILVA (ICS)

- **Descrição:** O desenvolvimento de estratégias de adaptação para comunidades vulneráveis, especialmente aquelas localizadas em áreas rurais da região amazônica, é um tema de grande relevância, considerando o contexto socioeconômico e ambiental da área. Essas comunidades enfrentam desafios significativos, sendo os seus recursos limitados e a ausência de Políticas Públicas adequadas uns dos principais fatores que aumentam sua sensibilidade às mudanças climáticas. A falta de acesso a recursos básicos, como água potável, saneamento e serviços de saúde, agrava ainda mais essa vulnerabilidade, resultando em insegurança, especialmente a alimentar e nutricional. As mudanças climáticas têm gerado uma intensificação de eventos climáticos extremos, como secas e estiagens, que impactam diretamente as atividades econômicas e a qualidade de vida dessas populações. Esses fenômenos podem causar perdas materiais significativas e comprometer os meios de subsistência, especialmente a agricultura familiar nas áreas rurais, onde muitos dependem de atividades econômicas relativamente dependentes de uma estabilidade climática. Diante desse cenário, as políticas públicas ganham grande relevância. É fundamental que as políticas públicas sejam direcionadas para a criação de um ambiente propício a esse grupo, porém, que também incentive a adaptação e mitigação dos eventos climáticos. A implementação de estratégias de adaptação que promovam a resiliência das comunidades é essencial. Essas estratégias devem ser baseadas em uma abordagem integrada, que considere o conhecimento local e as práticas tradicionais, além de incorporar dados científicos sobre as vulnerabilidades específicas enfrentadas por essas populações, tanto rurais quanto urbanas. Nesse contexto apresentado acima, a bioeconomia se apresenta como uma estratégia crucial para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, promovendo ações que conciliam atividades econômicas na Amazônia com o uso sustentável de seus recursos naturais. O Governo do Estado do Pará, por meio do Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PlanBio), formalizou essa abordagem como uma política pública, reconhecendo

seu potencial para impulsionar o desenvolvimento sustentável na região. O projeto busca contribuir para essa lacuna, fornecendo dados e análises que possam embasar políticas e ações concretas, fortalecendo a capacidade de adaptação e mitigação climática na região. Além disso, ao mapear as cadeias produtivas da bioeconomia, o projeto não apenas facilitará a identificação de oportunidades econômicas, mas também promoverá a integração de práticas sustentáveis que são essenciais para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. A valorização dos recursos naturais e o fomento a práticas de uso sustentável são fundamentais para garantir a resiliência das comunidades amazônicas e a conservação da biodiversidade, assegurando um futuro mais sustentável para a região.

Projeto de pesquisa: PVCS1609-2025 - Instrumentos econômicos para conservação da sociobiodiversidade

- Coordenador: ZILDA JOAQUINA COHEN GAMA DOS SANTOS (ICS)
- Objetivos: Analisar os instrumentos econômicos para conservação da sociobiodiversidade, PSA e projetos integrados de apoio às cadeias de valor da sociobioeconomia
- Descrição: Na tentativa de solucionar o dilema entre conservação e desenvolvimento, muitas abordagens teórico/metodológicas foram estudadas e apresentadas na literatura acadêmica. No campo dos instrumentos econômicos as vertentes Pigovianas e Coesianas se destacam. Recentemente, contudo duas alternativas têm se destacado: o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e o incentivo a projetos integrados de apoio às cadeias de valor da sociobioeconomia. Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo principal analisar os instrumentos econômicos para conservação da

sociobiodiversidade, especialmente os dois acima mencionados, buscando identificar os seus principais avanços teórico/metodológicos e compará-los. Para cumprir esse objetivo, esse projeto terá dois planos de trabalho, um para cada instrumento, que utilizarão uma abordagem de pesquisa qualitativa e se integrarão de forma sinérgica. Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para o avanço nesse campo do conhecimento de modo a subsidiar pesquisas futuras, aplicadas a contextos específicos. Espera-se ainda que o envolvimento de alunos de graduação e mestrado possibilite a publicação dos resultados em trabalhos acadêmicos.

- O projeto teve início em setembro de 2025 e encontra-se em fase inicial de execução. Em razão do período recente de implementação, ainda não há resultados ou produtos consolidados a serem reportados neste momento.

Projeto de pesquisa: PVCS1491-2024 - Indicadores Econômicos, Sociais e Ambientais na Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA) e seus Índices de Desenvolvimento Sustentável: Elaboração, Análise e Avaliação.

- Coordenador: ABNER VILHENA DE CARVALHO (ICS)
- Com relação às atividades desenvolvidas, realizou-se:
- Levantamento dos indicadores com recorte a nível municipal e a construção dos indicadores das dimensões econômica, social e ambiental especificamente: o Índice de Progresso Social (IPS) e o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC).
- Avaliação do nível de desenvolvimento sustentável da região de integração do baixo amazonas (riba) considerando as escalas de cada indicadores e avaliação dos indicadores por localidade (municípios), indicando o potencial contributivo de cada localidade para

os índices agregados levantados e estimados para a região de integração do baixo Amazonas (RIBA) avaliação detalhada por dimensões e de seus respectivos indicadores.

- Com relação à submissão e publicação dos resultados, deu-se:
- finalização do TCC defendido no semestre 2025_1 intitulado “Elaboração e Análise do Índice De Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) na Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA)” disponível no repositório da Ufopa: <https://repositorio.ufopa.edu.br/items/1b0a6a9c-6af5-4316-84b1-6e72d857a10d..>
- Destaca-se que o TCC em fase de finalização do manuscrito no escopo da Revista Contemporânea de Economia e Gestão – CONTEXTUS (ISSN: 1678-2089 / ISSN: 2178-9258 - <https://periodicos.ufc.br/contextus>).
- (ii) finalização do TCC intitulado “- Elaboração, Análise e Avaliação dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável na Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA): o IPS, com previsão de defesa para o semestre 2026_1

Projeto de pesquisa: PICS1557-2024 - O direito à cidade em Santarém-PA: composições entre as águas, a floresta e o urbano.

- Coordenador: ANA BEATRIZ OLIVEIRA REIS (ICS)
- Principais resultados:
- Aproximação entre os saberes acadêmicos e populares, em especial, por meio das atividades desenvolvidas junto à Associação de Moradores do bairro Pérola do Maicá.
- Produção de dados de pesquisa por meio das atividades realizadas durante nossas reuniões e atividades de campo.

Projeto de pesquisa: PVCS1135-2024 - Formação Socioeconômica da Amazônia: estudos sobre desenvolvimento, sociedade e meio ambiente – Projeto Formaz

- Coordenador: ANDREA SIMONE RENTE LEO (ICS)
- Seu principal resultado é a manutenção de um banco de dados com as pesquisas feitas, a integração ensino-pesquisa-extensão e a produção de trabalhos de conclusão de curso, participação em eventos e publicações.

Projeto de pesquisa: PVCS1520-2024 - Amazônia Revelada: Mapeando Legados Culturais

- Coordenador: BRUNA CIGARAN DA ROCHA (ICS)
- Descrição: A Constituição brasileira e a Lei 3924/1961 (conhecida como Lei de Arqueologia) e legislações internacionais protegem as áreas com sítios arqueológicos e seus entornos enquanto patrimônio cultural. Apesar de sabermos que a Amazônia foi densamente ocupada e cumulativamente transformada em escala milenar, a maior parte deste passado ainda é amplamente desconhecido. A partir do uso de uma nova ferramenta denominada LiDAR, o projeto "Amazônia Revelada: mapeando legados culturais" pretende aliar o estado-da-arte em pesquisas arqueológicas aos conhecimentos tradicionais dos Povos da Floresta relacionados ao seu patrimônio biocultural e assim adicionar uma nova camada de proteção para a Amazônia. O principal resultado do projeto até o momento, foi a identificação de registro de dezenas de sítios arqueológicos em territórios tradicionais nas proximidades do "Arco do Desmatamento" em Rondônia, Acre, Amazonas e no Pará; uma contribuição para a proteção do território Tanaru pelo STF; dezenas de conteúdos nas

redes sociais para conscientizar o público sobre o patrimônio biocultural amazônico e matérias jornalísticas na TV, em jornais, revistas e no rádio; produção de relatórios sobre os impactos da construção da EF-170 (conhecida como Ferrogrão) sobre o patrimônio biocultural dos Povos da Floresta.

Projeto de pesquisa: PICS1542-2024 - Projeto: Energia limpa, vida sustentável: fomento à educação escolar, à transmissão de práticas tradicionais e à geração de renda entre os povos indígenas do Baixo Oiapoque e Mapuera-Trombetas-Nhamundá (Calha Norte)

- Coordenador: LILIAN REBELLATO (ICS)
- Descrição: Este projeto se coloca a seguinte pergunta: de que forma a energia elétrica limpa pode impactar a vida de populações indígenas? Por meio dessa questão norteadora, o projeto será desenvolvido em duas regiões distintas da Amazônia Brasileira: a região do baixo rio Oiapoque, no estado do Amapá, que comporta as Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi; e a região da Calha Norte, especificamente as áreas referentes às Terras Indígenas do Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Trombetas. O projeto tem como problema central as precariedades relativas ao acesso à energia limpa, as quais dificultam o cotidiano das populações indígenas destas regiões, limitando as possibilidades de produção de recursos para o acesso a bens que estão, há tempos, incorporados à vida nas aldeias. Tendo a energia elétrica como fundamento, a proposta abordará a questão da geração de renda com foco na produção de artefatos (cestaria, cerâmica, trabalhos com miçanga e sementes, entre outros) tanto para uso dentro das comunidades como para sua venda. Acrescente-se que, o implemento da energia elétrica é aqui entendido como um subsídio fundamental para uma produção econômica que associe saberes tradicionais à educação escolar formal e à agregação de valor aos objetos comercializados.

Em suma, este projeto se estrutura num tripé constituído por: 1) geração de energia elétrica sustentável; 2) fomento a cadeias produtivas de artefatos; e 3) relação entre o conhecimento indígena e não indígena. Por fim, o projeto foi concebido a partir da demanda dos povos indígenas das regiões aqui contempladas e se estrutura de forma interdisciplinar e colaborativa.

Projeto de pesquisa: PVCS1524-2024 - Janelas para a Biodiversidade do Baixo Amazonas (JABBA): contribuições dos sambaquis do passado para preservação ambiental no presente amazônico

- Coordenador: MYRTLE PEARL SHOCK (ICS)
- Descrição: Os sambaquis na várzea amazônica podem contribuir para a compreensão do uso dos recursos das várzeas, ocupada há 8000 anos. As superfícies dos sítios arqueológicos nas áreas de várzeas estão cobertas por artefatos e ossos de vários animais (quelônios, peixe-boi, boto, pirarucu, etc.) mostrando que os sambaquis foram explorados pelos grupos humanos no passado. Nas últimas décadas, a enorme pressão causada pela pesca predatória colocou muitas espécies aquáticas em risco de extinção. Algumas comunidades locais (por meio de iniciativa independente) desenvolveram e implementaram planos de manejo para a captura sustentável de tartarugas e pirarucu. A partir do registro paleoambiental existente nos sambaquis, uma equipe liderada por cientistas amazônidas reunirá dados sobre o manejo de recursos aquáticos antigos e modernos para entender a história das mudanças nos usos recursos durante o Holoceno. Investigarão também quando e de que forma as condições paleoambientais variaram ao longo do tempo. Esse conjunto de dados poderá contribuir para uma reflexão sobre como o ecossistema de várzea pode ser monitorado, conservado e utilizado. As vozes das comunidades locais (bem como seus esforços pioneiros de conservação) serão destacadas.

Projeto de pesquisa: PVCS644-2023 - Territórios sociobiodiversos no Maranhão e Pará: Ambiente, conhecimento e sustentabilidade

- Coordenador: DIEGO AMOEDO MARTINEZ (ICS)
- Descrição: Os sambaquis na várzea amazônica podem contribuir para a compreensão do uso dos recursos das várzeas, ocupada há 8000 anos. As superfícies dos sítios arqueológicos nas áreas de várzeas estão cobertas por artefatos e ossos de vários animais (quelônios, peixe-boi, boto, pirarucu, etc.) mostrando que os sambaquis foram explorados pelos grupos humanos no passado. Nas últimas décadas, a enorme pressão causada pela pesca predatória colocou muitas espécies aquáticas em risco de extinção. Algumas comunidades locais (por meio de iniciativa independente) desenvolveram e implementaram planos de manejo para a captura sustentável de tartarugas e pirarucu. A partir do registro paleoambiental existente nos sambaquis, uma equipe liderada por cientistas amazônidas reunirá dados sobre o manejo de recursos aquáticos antigos e modernos para entender a história das mudanças nos usos recursos durante o Holoceno. Investigarão também quando e de que forma as condições paleoambientais variaram ao longo do tempo. Esse conjunto de dados poderá contribuir para uma reflexão sobre como o ecossistema de várzea pode ser monitorado, conservado e utilizado. As vozes das comunidades locais (bem como seus esforços pioneiros de conservação) serão destacadas.

Projeto de pesquisa: PVCS754-2023 - OBSERVATÓRIO DO OESTE DO PARÁ: TERRITÓRIO, SOCIEDADE, BIOECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

- Coordenador: MARCIO JUNIOR BENASSULY BARROS (ICS)
- Resultados:
- Orientação realizada pelo prof. Márcio Benassuly no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado Cadeias produtivas de produtos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Belterra – Pará do discente Jamisson Oliveira de Menezes Souza. Estudo teórico e empírico sobre a bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Belterra – Pará.
- Orientação realizada pelo prof. Márcio Benassuly no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado Cadeias produtivas de produtos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Monte Alegre – Pará, da discente Marcele Carine Lima Garcia. Estudo teórico e empírico sobre a bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Monte Alegre – Pará.
- Orientação realizada pelo prof. Márcio Benassuly no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado Cadeias produtivas de produtos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Alenquer – Pará, da discente Raiane Sousa dos Santos. Estudo teórico e empírico sobre a bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Alenquer - Pará.
- Orientação realizada pelo prof. Márcio Benassuly no plano de trabalho (em andamento) intitulado Diagnóstico das cadeias produtivas de produtos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Rurópolis – Pará da discente Samille Maria Mota Silva. Bolsista Pibic Ufopa 2025 (IC). Período: 01/09/2025 a 31/08/2026.

- Orientação do resumo da bolsista Marcelle Carine Lima Garcia, intitulado diagnóstico das cadeias produtivas de produtos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Monte - Alegre Pará, para a XII Jornada Acadêmica da Ufopa, 2025, Santarém. Publicado nos Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. Santarém: Ufopa, 2025. v. 1. p. 193-196. Estudo teórico e empírico sobre a bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Monte Alegre – Pará.
- Orientação do resumo da bolsista Raiane Sousa dos Santos, intitulado Cadeias produtivas de produtos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Alenquer - Pará. In: XII Jornada Acadêmica da Ufopa, 2025, Santarém. Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. Santarém: Ufopa, 2025. v. 1. p. 174-179. Estudo teórico e empírico sobre a bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Alenquer - Pará.

Projeto de pesquisa: PVCS935-2023 - Integração da Comunidade Ererê/APA Paytuna à cadeia de valor do buriti como alternativa para o fomento da Bioeconomia Paraense

- Coordenador: ZILDA JOAQUINA COHEN GAMA DOS SANTOS (ICS)
- Resultados:
 - No âmbito acadêmico/científico: 2 monografias de conclusão de curso de graduação defendidas, 1 dissertação de mestrado em andamento, 1 tese de doutorado em andamento, 1 artigo publicado em periódico científico e 5 artigos submetidos e aguardando avaliação em periódicos científicos
 - No âmbito do impacto social: 5 oficinas realizadas na Comunidade Ererê. Planejamento Estratégico Participativo e Diagnóstico

Operacional participativo da Associação dos Produtores Rurais do Ererê entregues para associação

Evento de extensão: EV051-2025 - Questões climáticas, Racismo Ambiental e Participação popular na COP 30

- Coordenador(a): LUCYBETH CAMARGO DE ARRUDA
- Resultados: O evento "Questões climáticas, racismo ambiental e participação popular na COP 30", foi realizado entre 22 a 24 de setembro de 2025, na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém, no Estado do Pará, organizado pelo bacharelado em Antropologia da UFOPA e pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da UFOPA (PPGAA/UFOPA), em parceria com a Diretoria Norte da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). O evento reuniu lideranças indígenas, quilombolas e ribeirinhas; movimentos sociais do campo, das águas e da cidade; sindicatos; coletivos amazônicos; estudantes e pesquisadores. Juntos, debatemos questões climáticas enraizadas na experiência concreta de povos e comunidades e no diálogo entre saberes tradicionais e científicos. Destaca-se a participação da "Rede de Articulação COP do Povo Tapajós", que articula diversos movimentos de base popular conjugando reflexões com ações de incidência política.
- Considerando a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), a ser sediada na cidade de Belém, no Estado do Pará, entre os dias 10 e 21 de novembro de 2025, o evento "Questões climáticas, racismo ambiental e participação popular na COP 30" deu origem a uma carta aberta, um documento que foi elaborado com o propósito de qualificar os debates em torno de três eixos estratégicos: (I) participação popular e democrática na COP 30; (II) racismo ambiental e os efeitos

concretos das mudanças climáticas sobre a vida dos povos e comunidades amazônicas e (III) as possibilidades da produção de antropologias e arqueologias engajadas com as questões climáticas, diante da crise que atinge a região de modo desigual e atravessada por práticas estatais ainda marcadas por colonialidade. A "Carta Aberta do Evento Questões Climáticas, Racismo Ambiental e Participação Popular na COP 30", foi encaminhada via Ofício nº 059, de 17 de novembro de 2025 através da Associação Brasileira de Antropologia, uma das parceiras. Em anexo o ofício e os protocolos de encaminhamento ao MMA, MPI e MPF, para os outros destinatários utilizamos o envio por e-mails, conforme abaixo.

Projeto de extensão: PJ069-2025 GESTÃO PARA A BIECONOMIA E MANEJO (PROGBEM) FLORESTAL EM COMUNIDADES NA REGIÃO DO XINGU E OESTE DO PARÁ

- Coordenador(a): FRANCICLEI BURLAMAQUE MACIEL
- O projeto, fruto de cooperação técnica entre o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a UFOPA, visa fortalecer a Sociobioeconomia na Amazônia. Realiza ações de assistência técnica e extensão rural (ATER), assessorias jurídico-administrativas e capacitações voltadas a empreendimentos comunitários familiares.
- As atividades incluem a promoção de cadeias de valor de produtos florestais (madeireiros e não madeireiros) e Sistemas Agroflorestais (SAFs), além de intercâmbios de saberes e apoio ao acesso a crédito e mercados.
- Resultados: Capacitação de mais de 300 comunitários em práticas de manejo e bioeconomia; prestação de assistência jurídica, administrativa e comercial direta às lideranças e aos empreendimentos comunitários; realização de intercâmbios de saberes e oficinas técnicas.

- Impactos:
 - Fortalecimento e viabilização de soluções sustentáveis baseadas no biomanejo; profissionalização da gestão dos empreendimentos comunitários (maior autonomia jurídica e comercial); e consolidação de cadeias produtivas que garantem a conservação da floresta através da geração de renda.
 - Contribui diretamente para a sustentabilidade e qualidade ambiental ao instrumentalizar comunidades para o uso racional dos recursos naturais, promovendo a conservação da floresta em pé através do manejo sustentável e reduzindo a pressão por desmatamento.

Evento de extensão: EV004-2025 - Escola itinerante: criando futuros coletivos para enfrentar a crise climática (Evento vinculado ao projeto Tecendo Saberes para fortalecer o Bem Viver: capacitação dos jovens guardiões do Bem Viver para monitoramento socioambiental no PAE Lago Grande)

- Coordenador(a): ZILDA JOAQUINA COHEN GAMA DOS SANTOS
- A escola ocorreu e contou com a participação de 40 pessoas entre alunos da Ufopa, alunos de outras Universidade e jovens atuantes nos movimento por justiça climática de várias partes do Brasil. Os projetos apresentados serão acompanhados pelo Projeto Tecendo Saberes. A interação entre os participantes foi um fator decisivo para o sucesso da ação, mostrando que a academia e a sociedade civil organizada podem e devem dialogar constantemente nas agendas comuns.

Projeto de extensão: PJ045-2025 Tecendo Saberes para Fortalecer o Bem Viver: capacitação de jovens lideranças para monitoramento socioambiental no PAE Lago Grande

- Coordenador(a): SANDRO AUGUSTO VIEGAS LEAO
- O presente projeto, “Tecendo Saberes para Fortalecer o Bem Viver: capacitação dos Jovens Guardiões do Bem Viver para Monitoramento Socioambiental no PAE Lago Grande” tem como objetivo geral realizar ações de capacitação de jovens lideranças para o monitoramento de problemas socioambientais no Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (PAE Lago Grande), iniciado em 2022, renovado em 2023 e 2024, como uma demanda do coletivo Guardiões do Bem Viver, e desenvolvido em parceria com outras instituições: Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (SAPOPEMA), Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia/Universidade de Brasília (INCT/UNB), Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP), Instituto Francês de pesquisa para o Desenvolvimento (IRD). Tem como justificativa e intuito é promover capacitação técnica e sócio-política com fins de proporcionar maior capacidade de proteção socioambiental frente às constantes ameaças sofridas pelos grandes projetos na região do PAE Lago Grande, com destaque às questões referentes às ações de mineração, agronegócio, madeireiras localizadas na área da região. O grupo denominado de Guardiões do Bem Viver é uma iniciativa de organização dos jovens do PAE Lago Grande e da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns com fins de guardar e proteger o território das ameaças dos grandes projetos. Os procedimentos metodológicos propostos, tem por base ser um espaço educativo de mediação para subsidiar os jovens que assumem papel de lideranças sobre a gestão comunitária, fortalecendo a atuação em suas

organizações comunitárias, de um lado e, de outro, contribui com o ensino-aprendizado e vivências dos estudantes da Ufopa. Desta forma, as atividades a serem desenvolvidas devem primar pela participação, debates e troca de saberes sobre os principais problemas que perpassam as ações de gestão comunitária e defesa do território. Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, o projeto será desenvolvido dentro de quatro etapas, a serem trabalhadas em reuniões da equipe, oficinas, encontros, rodas de conversa distintas, onde o aprender fazendo deve ser o eixo norteador da aprendizagem. Como resultados esperados tem-se a continuidade de ações de capacitação, a partir de novas demandas por parte do público alvo e mantendo-se processos coletivos de aprendizado, buscando aprofundar conhecimentos sobre a qualidade da água, mudanças climáticas, segurança e soberania alimentar, direito à natureza em diálogo com as políticas públicas e monitoramento territorial.

Desafios e Perspectivas:

Curso de Antropologia

As empresas terceirizadas necessitam de maior conscientização ambiental e fiscalização para manejo do lixo. Há lixo em vários lugares “escondidos” da visão pública, como por exemplo, a rua de trás do BMT e em frente ao Laboratório De Arqueologia.

- Acesso à educação superior;
- Iniciação à pesquisa e inovação tecnológica;
- Iniciação à docência;
- Ocupação de vagas ociosas. O Curso ofereceu nove vagas no edital para a ocupação de vagas ociosas, mas dos alunos

que se inscreveram, apenas cinco compareceram para a habilitação e matrícula, e entraram no Curso.

Curso de Direito

Clínica de Direitos Humanos

A Clínica de Direitos Humanos (CDH) iniciou suas atividades no ano de 2016 como resultado da execução de um projeto aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para implementação de clínicas jurídicas na instituição. Desde sua criação a CDH já executou diversos projetos de pesquisa e extensão, todos com o enfoque na metodologia do ensino jurídico clínico aplicada aos Direitos Humanos.

Considerando que o principal objetivo da CDH é permitir a vivência da prática jurídica pelos discentes a partir de experiências diversificadas em atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, considerando a amplitude, a diversidade e a complexidade das formas de atuação jurídica que um bacharel em direito pode exercer, na perspectiva do ensino, a Clínica oferece Estágio Jurídico Supervisionado na grade curricular do curso de Bacharelado em Direito da Universidade.

De fato, a Clínica de Direitos Humanos do Programa de Ciências Jurídicas (PCJ) do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) é um laboratório de ensino, pesquisa e extensão previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Direito da UFOPA, bem como devidamente cadastrado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFOPA.

No âmbito da pesquisa e extensão, a CDH proveu apoio recente a 6 (seis) projetos (pesquisa e/ou extensão) vinculados à CDH, quais sejam: 1) Grupo de Apoio à Adoção Tapajós (GAAT); 2) Educação em Direitos Humanos/EducaDH (Liga Acadêmica de Direito Samaúma - LADS); 3) Nascer em Santarém; 4) Proteção Internacional dos Direitos Humanos Socioambientais (PDHSA); 5) Participação e Educação em Saúde: Promovendo qualidade de vida e saúde

integral para pessoas com diabetes nas comunidades do Eixo Forte – Santarém/PA; e, 6) Articulação em Rede: Clínicas de Direitos Humanos da Amazônia, projeto de pesquisa executado no âmbito da Rede Amazônica de Clínicas de Direitos Humanos (UFPA, UFOPA, UEA, UNIFAP e Laboratório de Farmacologia Molecular da UFPA).

Alguns dos projetos citados possuem financiamento interno via Programa Institucional de Iniciação Científica (Pibic) com apoio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) na disponibilização de bolsas de iniciação científica ou financiamento externo por meio da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa da Universidade Federal do Pará (FADESP/UFPA), que é o caso do projeto de pesquisa coordenado pela Rede Amazônica de Clínicas de Direitos Humanos.

Nos projetos acima mencionados atuam/atuaram aproximadamente: 7 docentes pesquisadores pertencentes ao quadro docente do PCJ; 7 docentes pertencentes a outras IFES, 2 advogados, 2 estudantes de pós-graduação, vários profissionais colaboradores externos, 10 discentes em estágio jurídico supervisionado, 05 bolsistas, 45 discentes voluntários.

Núcleo de Assessoria Jurídica Popular – NAJUP Cabano

O Núcleo de Assessoria Jurídica Popular, denominado NAJUP Cabano, foi criado em 2009, tendo iniciado suas atividades em 2010, sendo marcante em sua atuação o foco na educação popular, a horizontalidade e o protagonismo estudantil.

O núcleo fora idealizado buscando a efetivação de uma ação integrada entre pesquisa e extensão no âmbito do Programa de Ciências Jurídicas - PCJ, no curso Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, com o desenvolvimento de atividades de educação e socialização do conhecimento jurídico, marcadas por práticas de Assessoria Jurídica Universitária Popular, contribuindo para o aprendizado crítico dos discentes e no exercício efetivo da cidadania, a concretização da dignidade humana,

constitucionalmente garantidas, bem como contribuindo com o acesso ao Direito à Justiça, que é um dos mais básicos direitos humanos.

Este Núcleo busca consolidar-se em espaço permanente voltado para a promoção da integração entre a universidade e a sociedade por meio de atividades interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão que, baseadas nos marcos teóricos da assessoria jurídica popular, promovam o acesso à justiça, a educação em direitos humanos e a defesa dos direitos de comunidades tradicionais, movimentos sociais e povos indígenas e quilombolas, proporcionando espaços de estudo crítico sobre direitos difusos, coletivos e cidadania.

Núcleo de Trabalho Socioambiental:

- Formação político-pedagógica da equipe do projeto através de estudo e debate de diversos textos sobre pensamento jurídico antropológico;
- Contato e diálogo com os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais;

Promover atividades educativas para conscientizar os membros de

- movimentos indígenas sobre a existência e o modo de implementação de protocolos de consulta e consentimento prévio livre e informado;
- Participação efetiva em espaços de debate e de decisão sobre o direito à consulta;
- Promover a formação político-pedagógica do bolsista e da equipe do projeto através de estudo e debate de diversos textos sobre pensamento jurídico e antropológico;
- Aproximar o corpo discente não-indígena da UFOPA da realidade dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais do Baixo Tapajós;

- Capacitar juridicamente os discentes indígenas da UFOPA que integram este núcleo para que saibam lidar com futuras demandas nessa temática em seus territórios;
- Promover a interação e debates entre os discentes indígenas e não-indígenas da UFOPA sobre as demandas trazidas pelos movimentos sociais e organizações representativas;
- Capacitar lideranças, comunitários e membros de ONGs para o trabalho com o direito à consulta prévia, facilitando o processo de elaboração de protocolos de consulta e auxiliando na tradução de demandas políticas por autodeterminação na linguagem jurídica; organizar duas edições de um curso de extensão a ser concebido e planejado em parceria com os movimentos e coletivos parceiros sobre a Convenção 169 da OIT, o direito à consulta prévia, a metodologia de elaboração de protocolos de consulta e a ADI 5905;
- Contribuir para a articulação regional pela defesa da Convenção no 169 da OIT, prestando Assessoria;
- Produzir artigos científicos sobre temáticas mobilizadas, a partir do aprendizado com a realidade regional.

Núcleo de trabalho em Gênero:

- Empoderar lideranças comunitárias com instrumentos jurídicos, políticos e sociais que possam auxiliá-los na luta pela garantia de seus direitos;
- Promover o entendimento sobre as violências sofridas pelo gênero feminino;
- Contribuir no debate sobre os ciclos de violência;
- Estimular a formação de redes de apoio a mulher que sofre violência;

- Inserir o debate sobre violência contra a mulher nos diversos âmbitos da sociedade e, em especial, nas comunidades tradicionais e grupos étnicos.
- Promover o diálogo entre os conhecimentos aprendidos na universidade e os conhecimentos das comunidades tradicionais e grupos étnicos;
- Adquirir e relatar a experiência quanto à atividade de assessoria jurídica popular com comunidades tradicionais e grupos étnicos no Oeste do Pará;
- Mapear outras demandas por assessoria jurídica que existem na região do Tapajós, para auxiliar na estruturação do NAJUP UFOPA;
- Estreitar as relações com outras instituições e movimentos sociais que desenvolvem trabalhos na região;
- Fomentar a cidadania crítica, ativa e democrática, através de práticas político pedagógicas;
- Elaborar materiais didáticos sobre o combate à violência contra a mulher.
-

Curso de Arqueologia

Podemos perceber que Gestão de esgoto e lixo em geral é muito ruim na UFOPA, notamos isso no Laboratório de Arqueologia, uma das caixas de esgoto passa perto do nosso espaço e tem trazido muitas baratas ao local. Notamos também que empresas contratadas pela UFOPA jogam o lixo em vários lugares “escondidos” da visão pública, como por exemplo, a rua de trás do BMT e em frente ao Laboratório e Arqueologia.

Curso de Economia

No curso de Ciências Econômicas, temos abaixo projetos de extensão e de pesquisa com foco em temas ambientais, são eles:

- Projeto “Tecendo Saberes para Fortalecer o Bem Viver”, projeto que capacita jovens lideranças para monitoramento socioambiental no PAE Lago Grande; em Santarém/PA. Coordenado por professor Sandro Leão e Andréa Leão.
- Projeto de pesquisa “Formação Socioeconômica da Amazônia: estudos sobre desenvolvimento, sociedade e meio ambiente”, coordenado por professora Andréa Simone Rente Leão.
- Projeto “Formação de Agentes, Assessores, Técnicos Rurais e Empreendimentos Coletivos em Bioeconomia no Planalto Santareno/Pará.”
- Projeto de pesquisa “Instrumentos econômicos para conservação da sociobiodiversidade”, coordenado por professora Zilda Joaquina C. G. dos Santos.

Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

- Em 2025, o Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/CNPQ/UFOPA) vinculado ao curso de Gestão Pública tendo como líder o prof. Márcio Benassuly, organizou a palestra *“Conflito socioambiental: modo de vida e território nas Amazônias”* para os discentes do curso e sociedade em geral. A palestra realizada no dia 27/10/2025, pelo prof. Dr. Otávio do Canto (UFPA), tendo como objetivo mostrar exemplos de conflitos socioambientais, modos de vida e território nas Amazônias.

No ano de 2025 o curso de Gestão Pública desenvolveu várias ações e projetos de pesquisa e extensão voltados com foco ou temas Socioambientais, conforme detalhamento seguinte:

Aula de Campo no bairro Pérola do Maicá em 14/06/2025 pela docente Ana Beatriz Oliveira Reis. Atividade de Pesquisa realizada no âmbito do grupo do projeto “O Direito à cidade em Santarém-PA” com vistas a conhecer a atividade de turismo de base comunitária da Associação de Moradores do Bairro Pérola

do Maicá. O principal resultado foi a aproximação entre os saberes acadêmicos e populares.

Aula de Campo no bairro Pérola do Maicá em 18/10/2025 realizada pela docente Ana Beatriz Oliveira Reis. Atividade de Pesquisa realizada no âmbito do grupo do projeto “O Direito à cidade em Santarém-PA junto à Associação de Moradores do Bairro Pérola do Maicá. O principal resultado foi a produção de dados de pesquisa.

Aula de Campo no bairro Vista Alegre do Juá em 08/11/2025 pela docente Ana Beatriz Oliveira Reis. Atividade de Pesquisa realizada no âmbito do grupo do projeto “O Direito à cidade em Santarém-PA” no bairro Pérola do Maicá em parceria com o GEAGAA/ICTA. O principal resultado foi uma aproximação inicial dos discentes com o bairro.

Visita Técnica à Aldeia Indígena de Ipaupixuna realizado pelas docentes Giselle Alves e Évani Santos. O principal resultado da atividade foi mostrar empiricamente os para os discentes a realidade indígena em Santarém.

Participação da docente Giselle Alves no Grupo de Pesquisa CEACAM – Edital Pro-Amazônia: Rede de Cooperação em ensino, pesquisa e extensão: O alimento como expressão cultural, fortalecendo a agricultura familiar e induzindo a sustentabilidade em comunidades ribeirinhas tradicionais na Amazônia. Os principais resultados e impactos são: a) Iniciação à pesquisa: orientação de 1 bolsista. b) Inovação tecnológica: Disseminação de tecnologias sociais para auxiliar agricultores (as) a ampliar a sua produção e entregar para o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Aula de Campo na comunidade de Boa Esperança realizada em 04/10/2025 pelo prof. Márcio Benassuly. Atividade vinculada a disciplina políticas territoriais na Amazônia. O principal resultado da atividade foi mostrar empiricamente os impactos no território de várias políticas territoriais como rodovias, eletrificação rural, grande e pequena agricultura na comunidade visitada.

Também foram possíveis apontar orientações com temáticas socioambientais: Orientação realizada pelo prof. Márcio Benassuly no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Cadeias produtivas de produtos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Belterra – Pará* do discente Jamisson Oliveira de Menezes Souza, vinculado ao projeto de pesquisa Observatório do Oeste do Pará: território, sociedade, bioeconomia e políticas públicas. Estudo

teórico e empírico sobre a bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Belterra – Pará.

Orientação realizada pelo prof. Márcio Benassuly no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Cadeias produtivas de produtos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Monte Alegre – Pará*, da discente Marcelle Carine Lima Garcia, vinculado ao projeto de pesquisa Observatório do Oeste do Pará: território, sociedade, bioeconomia e políticas públicas. Estudo teórico e empírico sobre a bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Monte Alegre – Pará.

Orientação realizada pelo prof. Márcio Benassuly no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Cadeias produtivas de produtos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Alenquer – Pará*, da discente Raiane Sousa dos Santos, vinculado ao projeto de pesquisa Observatório do Oeste do Pará: território, sociedade, bioeconomia e políticas públicas. Estudo teórico e empírico sobre a bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Alenquer - Pará.

Orientação realizada pelo prof. Márcio Benassuly no plano de trabalho (em andamento) intitulado *Diagnóstico das cadeias produtivas de produtos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Rurópolis – Pará* da discente Samille Maria Mota Silva. Bolsista Pibic Ufopa 2025 (IC). Período: 01/09/2025 a 31/08/2026.

Orientação do resumo da bolsista Marcelle Carine Lima Garcia, intitulado *diagnóstico das cadeias produtivas de produtos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Monte - Alegre Pará*, para a XII Jornada Acadêmica da Ufopa, 2025, Santarém. Publicado nos Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. Santarém: Ufopa, 2025. v. 1. p. 193-196. Estudo teórico e empírico sobre a bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Monte Alegre – Pará.

Orientação do resumo da bolsista Raiane Sousa dos Santos, intitulado *Cadeias produtivas de produtos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Alenquer - Pará*. In: XII Jornada Acadêmica da Ufopa, 2025, Santarém. Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. Santarém: Ufopa, 2025. v. 1. p. 174-179. Estudo teórico e empírico sobre a bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Alenquer - Pará.

Elaboração do Edital de Auxílio a publicação de trabalhos em Eventos Científicos no campo de públicas no valor de R\$ 4.800,00, com participação das docentes Márcia Costa, Évani Carvalho e Ana Beatriz Reis. Temas relacionados: Gestão Municipal, Desenvolvimento Territorial, Poder Local, Autonomia e Protagonismo Comunitário.

Resultado: 8 trabalhos de discentes publicados e apresentados no Encontro Nacional do Campo de Públicas -ENECAP

2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Esta seção tem como objetivo demonstrar os resultados alcançados pela Unidade no exercício, vinculando-os ao planejamento estratégico e apresentando os custos envolvidos, quando aplicável.

Curso de Direito

O Curso de Direito apresentou, no período analisado, **desempenho consistente e articulado** nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, com forte impacto social e reconhecimento institucional. As ações desenvolvidas reafirmam o compromisso do curso com a formação jurídica crítica, os direitos humanos e a atuação territorializada na Amazônia.

Na **pesquisa**, o curso registrou produção acadêmica relevante, com **artigo publicado em periódico científico**, além de **seis livros e e-books**, grande parte deles resultantes diretamente de projetos de extensão. Esses produtos abordam temas estratégicos como direitos humanos, saúde, gênero, políticas públicas e justiça socioambiental, demonstrando a capacidade do curso de transformar demandas sociais em conhecimento científico qualificado. Soma-se a isso a participação discente e docente em **eventos científicos nacionais e internacionais**, com trabalhos completos, resumos e resumos expandidos apresentados e publicados.

No eixo da **formação acadêmica**, destaca-se a inserção efetiva dos discentes em atividades de pesquisa e extensão, com orientação de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso e participação em eventos acadêmicos, incluindo trabalhos reconhecidos com **menção honrosa** em evento institucional da UFOPA. Esse conjunto de ações fortalece a formação crítica, a iniciação à pesquisa e o protagonismo estudantil.

A **extensão universitária** constitui um dos principais diferenciais do Curso de Direito. A **Clínica de Direitos Humanos** consolidou-se como referência regional e amazônica, articulando ensino clínico, produção acadêmica

e incidência em redes de direitos humanos, incluindo a organização de evento científico de grande porte no âmbito da Rede Amazônica de Clínicas de Direitos Humanos.

O **NAJUP Cabano**, com trajetória de aproximadamente **15 anos**, reafirmou seu papel como espaço estratégico de assessoria jurídica universitária popular, desenvolvendo oficinas, cursos de formação de lideranças, ações educativas e atividades culturais junto a mulheres e comunidades tradicionais. Sua atuação promove acesso à justiça, empoderamento social e formação jurídica comprometida com pedagogias críticas, feministas e decoloniais.

A **Clínica de Justiça Restaurativa da Amazônia (CJUÁ)** apresentou resultados expressivos, com a realização de **quatro formações de facilitadores** em 2025 e a condução de **mais de 150 círculos restaurativos**, beneficiando cerca de **700 pessoas** em escolas, instituições públicas e comunidades. Essas ações fortaleceram práticas restaurativas, a cultura da paz e a resolução humanizada de conflitos, além da realização de encontro regional com participação de aproximadamente **300 pessoas**.

O **Grupo de Apoio à Adoção Tapajós (GAAT)** manteve atuação contínua em ações educativas, palestras, eventos formativos e debates públicos, contribuindo para a sensibilização social e a formação discente em temas relacionados aos direitos da criança e do adolescente, adoção e diversidade familiar.

Complementarmente, o **Observatório Interdisciplinar Fiscal e Tributário** reforçou a articulação entre universidade e gestão pública, com orientação de bolsistas de iniciação científica, apoio a trabalhos de conclusão de curso, capacitações para conselhos municipais e participação em eventos acadêmicos, contribuindo para o debate sobre financiamento de direitos sociais e políticas públicas.

Como reconhecimento da qualidade acadêmica, o Curso de Direito manteve o **Selo OAB Recomenda por quatro anos consecutivos**, evidenciando a excelência da formação oferecida.

De forma sintética, os resultados demonstram que o Curso de Direito apresenta **produção acadêmica consistente, forte inserção social, impacto territorial mensurável e capacidade institucional consolidada**, configurando-se como eixo estratégico do ICS. Ao mesmo tempo, evidenciam-se desafios relacionados à ampliação da produção científica e à gestão da carga docente, especialmente diante da perspectiva de implantação de um **Mestrado Acadêmico em Direito**, o que demanda planejamento institucional para assegurar a sustentabilidade da graduação.

Curso de Gestão Pública

O Curso de Gestão Pública apresentou, no período analisado, **resultados consistentes na área de pesquisa e formação acadêmica**, com destaque para a atuação docente na orientação de discentes, desenvolvimento de projetos estratégicos e reconhecimento institucional.

No campo da **pesquisa e da iniciação científica**, o curso executou **dois projetos de pesquisa em 2025**, voltados ao fortalecimento da gestão pública municipal, à análise territorial e às cadeias produtivas da bioeconomia da sociobiodiversidade no Oeste do Pará. Esses projetos possibilitaram a vinculação direta de **quatro discentes bolsistas de iniciação científica (PIBIC)**, contemplando diferentes modalidades de fomento (UFOPA, Forma Pará e FAPESPA) e abrangendo municípios como **Belterra, Alenquer, Monte Alegre e Rurópolis**.

A orientação acadêmica teve **expressivo reconhecimento institucional**. Durante a **XII Jornada Acadêmica da UFOPA (2025)**, o professor **Márcio Júnior Benassuly Barros** foi agraciado com:

- **Dois títulos de Honra ao Mérito PIBIC**, referentes à orientação de pesquisas sobre cadeias produtivas da bioeconomia em **Monte Alegre e Alenquer**;
- **Um título de Honra ao Mérito em orientação na pós-graduação**, pela

pesquisa sobre o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** no município de Alenquer;

- O reconhecimento como **Orientador Nota 10 da UFOPA**, evidenciando a qualidade e o impacto de sua atuação formativa.

Esses resultados demonstram a forte aderência do curso às demandas regionais, especialmente nas áreas de políticas públicas, desenvolvimento territorial, bioeconomia e gestão municipal.

a) **Desempenho e Vinculação Estratégica**

Curso de Antropologia

Aulas de campo não puderam ser ministradas devido à falta de recursos financeiros, pois nosso orçamento é exageradamente curto. Além das novas normativas de segurança, que por mais que sejam necessárias, sobrecarregam a coordenação de curso como responsáveis pela notificação e verificação da segurança e solicitação de socorro.

b) **Gestão Orçamentária e Financeira (Execução)**

O ICS recebeu, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), para o exercício de 2025, o montante de **R\$ 178.293,94** (cento e setenta e oito mil, duzentos e noventa e três reais e noventa e quatro centavos), distribuídos da seguinte forma: **R\$ 150.189,24** (cento e cinquenta mil, cento e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos) destinados às atividades de graduação, acrescidos do fundo de aula ocorrido no segundo semestre para o curso de Arqueologia, no valor de **R\$ 6.973,34** (seis mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e quatro centavos); **R\$ 18.104,70** (dezoito mil, cento e quatro reais e setenta centavos) destinados ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade; e **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) destinados ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia..

- **Execução Orçamentária:** Visando ampliar a participação das subunidades na gestão orçamentária, o orçamento é dividido entre os cursos, conforme deliberação aprovada pelo Conselho do ICS. Caso os cursos não executem os recursos dentro do período previamente estabelecido, o saldo retorna à Direção, que passa a atender as demandas por ordem de chegada.

No exercício financeiro de 2025, observou-se que o planejamento orçamentário apresentou melhor desempenho em relação aos anos anteriores, alcançando uma execução de **88,24%**. Dos **11,76%** não executados pelo ICS, parte significativa decorreu da dependência de aprovação e execução do processo seletivo de estagiário, solicitado desde o mês de maio à Coordenação de Admissão de Pessoal, mas encaminhado ao Instituto apenas no final de novembro. Ressalta-se que o referido processo dependia da concordância de todas as unidades demandantes com o edital, cuja centralização na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas impactou negativamente a execução de **7,52%** do orçamento.

Adicionalmente, foi reservado orçamento para a aquisição de passagens aéreas destinadas à professora convidada para compor a banca do concurso de docente do curso de Jornalismo. Contudo, não houve tempo hábil para a efetivação da compra, o que resultou em **2,32%** de não execução orçamentária. Os **1,92%** restantes referem-se a anulações de empenhos relacionados a combustível e locação de mão de obra.

Quanto ao Mestrado em Ciências da Sociedade, houve uma execução de **60,78%** do orçamento destinado, permanecendo **39,22%** sem execução. Deste percentual não executado, **33,41%** decorreram da ausência de edital para o processo seletivo de estagiários. Os **5,81%** restantes foram previstos para a execução de mentoria voltada à elevação da nota de avaliação junto à CAPES; contudo, o recurso não foi integralmente utilizado em razão da falta de tempo hábil por parte da coordenação do curso para sua execução.

Destaca-se que a direção do instituto encaminhou um ofício à PROPLAN e à PROAD solicitando que as notas de empenho relacionadas aos recursos das

bolsas estágio do curso de Arqueologia e do mestrado de Ciência da Sociedade não fossem anuladas.

Para fins de maior clareza e transparência, serão apresentadas, em separado, as planilhas orçamentárias do ICS e dos programas de pós-graduação PPGCS e PPGAA, contemplando o orçamento planejado, executado e não executado.

ICS

Natureza de Despesa Planejadas - ICS	Orçamento Descentralizado
Diárias - Pessoal Civil	R\$ 37.613,70
Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 10.990,00
Material de Consumo	R\$ 7.500,00
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 32.558,28
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 14.716,24
Locacao de Mão-de-Obra	R\$ 1.694,95
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 55.840,93
Auxílio Transporte	R\$ 2.640,00
Indenizações e Restituições	R\$ 1.800,00
Total	R\$ 165.354,10

Natureza de Despesa Executadas - ICS	Orçamento Executado
Diárias - Pessoal Civil	R\$ 42.215,09
Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 17.890,00
Material de Consumo	R\$ 2.916,00
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 25.158,98
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 7.007,50
Locacao de Mão-de-Obra	R\$ 4.983,16
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 37.633,12
Indenizações e Restituições	R\$ 880,50
Total	R\$ 138.684,35

Natureza de Despesa não Executadas - ICS	Orçamento não executado Executado
Auxílio Transporte	R\$ 2.480,00
Locacao de Mão-de-Obra	R\$ 220,80

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 9.350,71
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 3.659,79
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 405,59
Total	R\$ 16.116,89

Planejamento do ICS	R\$ 165.354,10
Orçamento da LOA - ICS	R\$ 150.189,24
Fundo de Aula - ICS	R\$ 6.973,34
Total Orçamento da LOA e Fundo de Aula - ICS	R\$ 157.162,58

PPGCS

Natureza de Despesa Planejada - PPGCS	Orçamento Descen- tralizado
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 10.243,74
Auxílio-Transporte	R\$ 2.640,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - GEEC	R\$ 2.500,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.000,00
Diárias - Pessoal Civil	R\$ 1.720,96
Total	R\$ 18.104,70

Natureza de Despesa Executadas -PPGCS	Orçamento Execu- tado
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 214,29
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 3.715,04
Material de Consumo	R\$ 1.310,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - GEEC	R\$ 2.476,16
Diárias - Pessoal Civil	R\$ 3.288,90
Total	R\$ 11.004,39

Natureza de Despesa não Executadas - PPGCS	Orçamento não Exe- cutado
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física (Estagiário)	R\$ 4.728,04
Auxílio-Transporte	R\$ 1.320,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.052,27
Total	R\$ 7.100,31

PPGAA

Natureza de Despesa Planejadas - PPGAA	Orçamento Descen- tralizado
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 6.000,00
Diárias - Pessoal Civil	R\$ 4.000,00
Total	R\$ 10.000,00

Natureza de Despesa Executadas - PPGAA	Orçamento Execu- tado
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 4.775,77
Diárias - Pessoal Civil	R\$ 4.126,20
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 837,50
Total	R\$ 9.739,47

Natureza de Despesa Executadas - PPGAA	Orçamento não Exe- cutado
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 260,53



Os recursos repassados para o instituto ainda não atendem as necessidades completas dos cursos, haja visto por exemplo que temos um Laboratório de arqueologia que demandam manutenção de equipamentos, compra de suprimentos de laboratório e EPI's.

Quanto às dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento da execução

financeira no exercício de 2025, destaca-se a centralização dos editais de processos seletivos de estagiários. A dependência da gestão superior para a publicação desses editais resultou na não execução de parte do orçamento previsto desde o mês de maio.

Outro desafio relevante foi a descentralização do orçamento entre os cursos e a Direção, cuja execução depende diretamente do planejamento prévio das coordenações. Em situações em que esse planejamento não foi encaminhado em tempo hábil, a Coordenação Administrativa do ICS assumiu a elaboração das propostas, buscando garantir a execução possível dos recursos e minimizar perdas orçamentárias. Essas ações contribuíram para otimizar a utilização do orçamento disponível, apesar das limitações operacionais enfrentadas.

Curso de Arqueologia

As principais dificuldades observadas pelo curso de Arqueologia foram a demora de fluxos externos ao CIS, como por exemplo, contratação de estagiário, como recurso da Unidade, mas cujo processo passa pela CAP/PROGEP. Entendemos a necessidade jurídica de fazer editais amplos para a questão das cotas, no entanto, estamos correndo o risco de perder uma porção significativa do orçamento do curso de Arqueologia do ano de 2025, devido a essa questão. A nossa sugestão é possa haver um meio termo e possamos ter mais autonomia para essas contratações.

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade

Em 2025 o PPGCS decidiu reativar sua revista, a Revista de Ciências da Sociedade, porém essa decisão teve implicações sobre o seu orçamento, pois a despesas de gestão da Revista ficaram sobre a responsabilidade do Programa tais como: 1) pagamento do técnico para manutenção e suporte do site, haja vista que a Ufopa não dispõe de técnico para realizar esse serviço; 2) Pagamento de Dói; 3) Pagamento de serviços de revisão.

Contudo, essas novas despesas não puderam ser atendidas com o orçamento disponível o que implicou na não reativação da revista neste ano.

Além disso, a grande maioria dos discentes do PPGCS realizam pesquisas de campo e precisam de apoio financeiro do Programa para concretização das mesmas, de modo que o ideal seria dispormos de mais recursos orçamentários para viabilizar essas pesquisas.

c) Informações Acadêmicas

Em 2025, estão matriculados com vínculo ativo no ICS 1166 alunos. Também informamos que 52 alunos do ICS concluíram seus cursos de graduação, como é possível detalhar abaixo:

Alunos de graduação ICS



Alunos formados nas graduações do ICS



Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade

Em 2025 ingressaram 15 discentes no PPGS, 11 foram tilados e 5 foram desligados, sendo que desses 2 desligamentos foi a pedido e 3 foram por motivos regimentais. Atualmente estão vinculados ao PPGCS 40 alunos. O Programa está buscando regularizar os prazos de qualificação e defesa, para que a qualificação aconteça entre 12 e 18 meses e a defesa entre 24 e 30 meses, desde que tenha justificativa relevante. Apesar desse esforço, o Programa ainda tem que lidar com situações excepcionais de turmas anteriores. O resultado da avaliação quadrienal do mestrado está previsto para ser divulgado dia 12 de janeiro e o PPGCS possui a expectativa de ser avaliado com nota 4.

Curso de Economia

- - O curso de Ciências Econômicas não realizou o referido levantamento sobre redução ou acompanhamento, retenção, e evasão, recentemente foi enviado documento à Auditoria, informando que esse trabalho será realizado no ano de 2026.
- Em relação ao desempenho da graduação, houve participação de estudantes e docentes em eventos acadêmicos com apresentação de trabalhos, e participação de debates como debatedor/palestrante, participação em projetos de pesquisa e extensão seja como bolsistas ou voluntários.
- Professoras Zilda Santos e Andréa Leão compõem a Presidência e Secretaria da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica.
- **Apoio e Acompanhamento:** Relate as ações realizadas para permanência estudantil, acompanhamento acadêmico, acolhimento, inclusão, assistência estudantil e o acompanhamento do egresso.

Em relação ao acompanhamento dos discentes de graduação, podemos informar que embora o Instituto de Ciências da Sociedade – ICS, ainda não tenha dados consolidados sobre o acompanhamento dos índices de retenção e evasão, já iniciamos algumas ações que visam amenizar o alto índice de evasão e retenção dos alunos no instituto apresentados pelos relatórios institucionais, em especial o anuário estatístico da Ufopa 2024. Dentre as ações realizadas temos: oficinas e programas de capacitação, eventos para debater acessibilidade, instrumentos para levantamento de informações de alunos deficientes para conduzir procedimentos metodológicos adequados, assessorias junto aos cursos para efetivação de planos de combate a evasão e retenção e mapeamento do perfil dos alunos.

Além disso, realizamos a cada início de semestre eventos para debater temas relacionados a questão pedagógica e metodológica dos docentes em sala de aula, bem como temas que estão diretamente envolvidos com as dificuldades que os discentes enfrentam no percurso acadêmico, além de, realizar debates específicos para promoção da inclusão de alunos deficientes como:

1) Encontro de formação em Práticas Pedagógicas Inclusivas - O evento tem como finalidade capacitar os professores e a equipe técnica em acessibilidade para garantir que todos os alunos tenham equidade nas oportunidades de aprendizado. Segundo a LBI (2015), acessibilidade trata-se da possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação [...], por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Assim, quando promovemos o ENCONTRO DE FORMAÇÃO EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS, o Instituto de Ciências da Sociedade visa instrumentalizar toda sua equipe técnica e docente, para que possam adotar estratégias pedagógicas mais eficazes e inovadoras, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais envolvente e significativo para todos os alunos, contribuindo na maximização do potencial de aprendizado de cada um, através da adequação do currículo e das metodologias de ensino de acordo com suas necessidades individuais.

2) Assessoria junto ao Curso de gestão pública para implementação do Programa de Fortalecimento do GPDR para formação e redução da evasão, que propõe a integração de planos de ação docentes em um ciclo contínuo de inovação pedagógica e conexão com o mercado. O foco estratégico é a revisão curricular imediata e a introdução de aulas-simulação (gamificação) e missões técnicas regionais ("GPDR In Loco"), alinhando a formação de líderes em gestão pública com o desenvolvimento sustentável amazônico (OE-RS 04). A redução da evasão (M-PI.1.3) será alcançada através de um Sistema de Acompanhamento Discente de Intervenção Precoce, garantindo que o curso forme profissionais aptos para o desafio da administração pública na região.

2.1 Foram realizadas ações dentro desse programa como: a) Roda de conversa para debate coletivo entre docentes, discentes e técnicos sobre os problemas e motivações da evasão, b) pesquisa acadêmica para verificar o perfil dos alunos do curso, para subsidiar ações de combate a evasão, c) Realização do I Encontro com docentes, discentes e técnicos como o tema: **“Caminhos para Permanecer: Estratégias Coletivas contra a Evasão e a Retenção no Curso de Gestão Pública”**. Os objetivos do Encontro foram: 1. Debater coletivamente as principais causas da evasão e retenção de alunos no turno noturno. 2. Construir propostas de ações pedagógicas e institucionais. 3. Fortalecer o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade entre docentes e discentes. 4. Estabelecer um plano de ação participativo com metas e prazos realistas. O produto desse encontro foi um plano ação coletivo contendo diversas diretrizes e ações compartilhadas entre discentes e docentes

3) Elaboração de pesquisa e mapeamento do perfil de alunos do curso noturno, para compreender o perfil do aluno atendido, dificuldades encontradas para permanência no curso. Essa ação possibilita tomadas de decisões mais assertivas.

4) Formulário de mapeamento do perfil dos alunos deficientes – principais dificuldades, metodologias mais adequadas, tipo de material didático mais acessível, visando orientar questões atitudinais do docente em sala de aula **(paralisado no momento por falta de quadro de pessoal)**.

O controle ainda está em fase de organização e fundamentação, mas será baseado em índices como:

- **Indicadores Quantitativos:** Medição direta da redução da taxa de reprovação (meta de -20% no 1º ano) e do número de alunos em risco efetivamente atendidos.
- **Reunião de Avaliação Estratégica:** Encontros semestrais obrigatórios com NDE, docentes e discentes para avaliar o cumprimento das metas e realizar "ajustes de rota".
- **Alinhamento com a Meta Global:** Monitoramento da convergência da taxa de evasão atual (10,07%) para a meta estipulada no PDI (5% até 2031)
 - **Avaliação:** Informar sobre conceitos ou avaliações externas (Ex: ENADE, CAPES) e os principais obstáculos na administração dos cursos.

Curso de Economia

O curso de Ciências Econômicas conduziu dois alunos autistas que informaram a necessidade de acompanhamento, buscamos o Núcleo de Acessibilidade que fez a escuta dos alunos e disponibilizou aos professores do curso orientações de como proceder com os alunos seja em sala de aula, atividades externas, e avaliações; - a Coordenação sempre se coloca à disposição dos alunos para ouvir e sanar pendências e questões trazidas pelos alunos, além de participar da Comissão de ações afirmativas do ICS.

O curso teve dois alunos premiados com o prêmio “prof. Armando Mendes Correa Pinto, com o prêmio de melhor monografia pelo Conselho Regional de Economia PA/AP, em que dois alunos foram premiados com o 1º e 3º lugar na premiação.

Alguns alunos tiveram artigos aprovados e apresentados em eventos

acadêmicos/científicos locais, regionais e nacionais.

- **Avaliação**

Curso de Economia

O curso de Ciências Econômicas está realizando e acompanhando o ENADE 2025, que está em andamento, com provas já realizadas em 23.11.2025. O conceito só será disponibilizado em 2026.

3 GESTÃO DE RISCOS

De modo geral, os riscos mapeados concentraram-se, sobretudo, em três eixos principais: **gestão de pessoal docente e técnico-administrativo**, **infra-estrutura acadêmica** e **permanência e desempenho discente**, tanto na graduação quanto na pós-graduação. As ações de controle planejadas buscaram mitigar riscos como perda de docentes e códigos de vaga, sobrecarga de trabalho, evasão e retenção de alunos, desatualização de projetos pedagógicos, baixa produtividade acadêmica e fragilidades na gestão de laboratórios e acervos.

Quanto ao desempenho, observa-se que a maior parte dos controles previstos foi executada ou encontra-se em andamento, com destaque para ações de articulação institucional junto à Reitoria e à Administração Superior, solicitação de apoio técnico, redistribuição de tarefas administrativas, proposição de concursos e contratações, atualização de PPCs, fortalecimento do NDE, além da elaboração de estratégias voltadas à permanência estudantil. Em relação à materialização dos riscos, embora alguns impactos tenham se concretizado — como a sobrecarga do quadro docente, limitações de infraestrutura e desafios na retenção discente —, as ações implementadas contribuíram para reduzir seus efeitos e orientar respostas institucionais mais estruturadas.

Permanecem desafios relevantes, especialmente no que diz respeito à ampliação do quadro de pessoal, à melhoria da infraestrutura física e laboratorial e ao fortalecimento de políticas de apoio à permanência discente.

Tabela Gestão de Riscos do ICS

RISCO	CAUSA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO PARA EVITAR QUE O RISCO ACONTEÇA	RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO
PERDA DE DOCENTE E CÓDIGO DE VAGA	APOSENTADORIA DE DOCENTE - PROFESSORA	ARTICULAR E DIALOGAR COM A REITORIA A PERMANÊNCIA DO CÓDIGO NO CURSO DE DIREITO, CONSIDERANDO A IMPORTÂNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES QUE A DOCENTE MINISTRA, BEM COMO A CONTINUIDADE DOS PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO QUE LIDERA, QUE DEVERÁ PERMANECER COM FUTURO DOCENTE A SER SELECIONADO EM PROCESSO SELETIVO.	COORDENAÇÃO, DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
PERDA DE DOCENTE DO MESTRADO E CÓDIGO DE VAGA	DOCENTE DO CURSO DE ANTROPOLOGIA OU ARQUEOLOGIA PEDE EXONERAÇÃO PARA ASSUMIR VAGA EM OUTRA INSTITUIÇÃO	MANUTENÇÃO DO CÓDIGO DE VAGA NOS REFERIDOS CURSOS DE BACHARELADO E REALIZAÇÃO DE NOVO CONCURSO	COORDENAÇÃO, DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
QUEDA NA PRODUTIVIDADE DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS	FALTA DE APOIO TÉCNICO	SOLICITAÇÃO DE TÉCNICO PARA ATUAÇÃO JUNTO AO NPJ	COORDENAÇÃO, DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
PERDA DE DOCENTE E CÓDIGO DE VAGA	SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA DE REGIME DE TRABALHO - 40H COM D.E. PARA 20H	DAR ANDAMENTO AO PROCESSO	DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES EM AVALIAÇÃO DO CURSO	DOCENTES COM DÉFICIT DE CARGA HORÁRIA - RECUSA EM REALIZAR ATIVIDADES DE PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRATIVA	TENTATIVAS DE DIÁLOGO FRUSTRADAS - SOLICITAR APOIO DA PROGES	COORDENAÇÃO DO PROGRAMA
DESATUALIZAÇÃO DO PPC	DIFICULDADE DE APOIO DOCENTE NA ELABORAÇÃO DA ESCRITA	PROPOR REUNIÕES FIXAS DO NDE - EXTRAORDINÁRIAS COM DIVISÃO DE TAREFAS (AÇÃO INICIADA E BEM RECEBIDA PELOS DOCENTES). PEDIDO DE APOIO DA PROEN E OUTROS DOCENTES QUE CONSEGUIRAM ATUALIZAR OS PPCS DE SEUS PROGRAMAS (INICIADO)	COORDENAÇÃO DO PROGRAMA
EVASÃO DE ALUNOS NO CURSO	FALTA DE PLANO COORDENADO PELA UNIDADE E SUB-UNIDADE PARA ENTENDER CAUSAS E COMBATER A SITUAÇÃO	LEVANTAMENTO DE INDICADORES INSTITUCIONAIS SOBRE O TEMA E ESCUTA COM DOCENTES E DISCENTES PARA SUBSIDIAR AÇÕES EFETIVAS	COORDENAÇÃO, DIREÇÃO E PROEN
RETENÇÃO DE ALUNOS	FALTA DE PLANO COORDENADO PELA UNIDADE E SUB-UNIDADE PARA ENTENDER CAUSAS E COMBATER A SITUAÇÃO	ESTUDO E AÇÕES DELINEADAS A PARTIR DO ESTUDO. LEVANTAMENTO DE INDICADORES INSTITUCIONAIS SOBRE O TEMA E ESCUTA COM DOCENTES E DISCENTES PARA SUBSIDIAR AÇÕES EFETIVAS	COORDENAÇÃO, DIREÇÃO E PROEN
SOBRECARGA E ADOECIMENTO DO QUADRO DOCENTE	COLEGIADO PEQUENO, FALTA DE UM SECRETARIO DE CURSO PARA MELHOR GERIR AÇÕES ADMINISTRATIVAS JUNTO AO COLEGIADO E COORDENAÇÃO. PROFESSORES CEDIDOS, AFASTADOS.	CONTRATAÇÃO DE MAIS DOCENTES	COORDENAÇÃO, DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

BAIXA NOTA NA AVALIAÇÃO DO MEC POR FALTA DE ESPAÇO PARA OS PROFESSORES DE ARQUEOLOGIA	ATUALMENTE A SALA DE PROFESSORES, QUE É PEQUENA, É COMPARTILHADA COM O COLEGIADO DE ANTROPOLOGIA, O QUE É INADEQUADO.	DESTINAÇÃO DE ESPAÇO PARA SALA DE PROFESSORES DO CURSO DE ARQUEOLOGIA.	COORDENAÇÃO, DIREÇÃO ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	E
NOTIFICAÇÃO DO IPHAN E MPF SOBRE GESTÃO RUIM OU INSUFICIENTE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO GERIDO PELO LABARQ	FALTA DE ORÇAMENTO ESPECÍFICO PARA O LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA, FALTA DE ESPAÇO ADEQUADO PARA OS ACERVOS.	AUMENTO ORÇAMENTÁRIO E APOIO DA SINRA	COORDENAÇÃO, DIREÇÃO ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	E
SOBRECARGA NAS ATIVIDADES DA COORDENAÇÃO DO CURSO	FALTA DE UM SECRETÁRIO DE CURSO PARA MELHOR GERIR AÇÕES ADMINISTRATIVAS JUNTO AO CURSO E À COORDENAÇÃO	REVER AS FUNÇÕES DOCENTES E TÉCNICOS PARA ATENDER A DEMANDA	COORDENAÇÃO, DIREÇÃO ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	E
IMPACTO DA PRODUÇÃO INDIVIDUAL NA AVALIAÇÃO DO MESTRADO PPGCS	BAIXA PRODUTIVIDADE DE DOCENTES E DISCENTES		COORDENAÇÃO	
SOBRECARGA DE TRABALHO DOS DOCENTES DOS MESTRADOS	QUADRO DE PROFESSORES REDUZIDO, JÁ SOBRECARREGADOS COM OS TRABALHOS NA GRADUAÇÃO.	CONTRATAÇÃO DE MAIS DOCENTES	COORDENAÇÃO, DIREÇÃO ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	E
POUCOS TÉCNICOS NAS COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA, TÉCNICA, ACADÊMICA E SECRETARIA DA DIREÇÃO	APENAS 2 TÉCNICOS FORAM CHAMADOS PARA O ICS PELO CONCURSO EM 2025, SENDO UM TÉCNICO DE LABORATÓRIO E UM ADMINISTRATIVO.	NOMEAÇÃO DE PELO MENOS 5 TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS PARA SEREM LOTADOS EM CADA COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA/ACADÊMICA	DIREÇÃO, PROGEF	
EVASÃO DE ALUNOS DO CURSO DE MESTRADO	VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DE DISCENTES	CRIAÇÃO DE AUXÍLIO EMERGENCIAL, MODALIDADES DE BOLSA PERMANÊNCIA PARA O MESTRADO E OUTRAS BOLSAS DE AGÊNCIAS DE FOMENTO	COORDENAÇÃO, PROPPIT, ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR, CAPES, CNPQ, FAPESPA	
RETENÇÃO DE ALUNOS DO MESTRADO	PROBLEMAS PESSOAIS, DE ORDEM SOCIOECONÔMICA OU DIFICULDADES ACADÊMICAS	DISPONIBILIZAÇÃO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A ALUNOS DA PÓS; ACOMPANHAMENTO DA COORDENAÇÃO E DO(A) ORIENTADOR(A); MEDIDAS DE ATENUAÇÃO DE DIFICULDADES SOCIOECONÔMICAS COMO DISPONIBILIZAÇÃO DO RU EM FINAIS DE SEMANA E FERIADOS; DISPONIBILIZAÇÃO DE CAFÉ DA MANHÃ NO RU; ALOJAMENTO ESTUDANTIL; MELHORA DO ESPAÇO DE ESTUDO DISPONÍVEL PARA ALUNOS DA PÓS-GRADUAÇÃO	COORDENAÇÃO, PROPPIT, ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR, CAPES, CNPQ, FAPESPA	
SOBRECARGA DO CORPO DOCENTE MESTRADO	INSUFICIÊNCIA NO NÚMERO DE DOCENTES PARA MINISTRAR DISCIPLINAS E REALIZAR TAREFAS ADMINISTRATIVAS	CONCURSO PARA PROFESSOR VISITANTE; CONCURSO PARA PROFESSORES EFETIVOS	COORDENAÇÃO, PROPPIT, ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	
SOBRECARGA E ADOECIMENTO DE SERVIDOR TÉCNICO (MESTRADO)	SERVIDOR TÉCNICO ASSUME RESPONSABILIDADE POR MAIS DE UM PPG NA AUSÊNCIA DE SERVIDOR/A QUE ATENDE A OUTRO CURSO	DELIMITAÇÃO CLARA DE RESPONSABILIDADES E DIVISÃO EQUÂNIME DE TAREFAS	COORDENAÇÕES, DIREÇÃO, PROPPIT, COORDENAÇÃO ACADÊMICA DO ICS	

4 INOVAÇÃO E MELHORIA DE PROCESSOS

a) Inovação de Processo e Eficiência Operacional

É necessário urgentemente que a unidade tenha uma conta de Gmail ou Zoom ou Teams para poder gravar as reuniões e para que elas possam ocorrer com tranquilidade para além de 1 hora e sem necessidade de interromper a reunião com a conclusão do tempo limite. Uma coisa simples como uma gravação garantiria o acesso às informações compartilhadas em muitas reuniões que poderiam ser híbridas ou mesmo remotas para facilitar e tornar mais eficiente e objetiva às reuniões.

b) Inovação de Serviço e Acadêmica

Está em andamento a criação do Curso de Bacharelado em Jornalismo. O curso de Direito tem pensado a criação do Mestrado Acadêmico em Direito, com cooperação da UFPA e demais universidades para preenchimento de docentes colaboradores. O mestrado em Direito tem sido uma demanda que, a cada ano, ganha força junto à comunidade acadêmica e à sociedade local.

Além disso, o curso de Direito está imerso em tratativas para criação e implementação de uma Clínica de Combate ao Trabalho Análogo ao Escravo, que terá parceria com a UNODC (ONU), UFPA e UFMG. Os professores Sérgio Martins e Judith Vieira estão à frente do projeto, juntamente da coordenação do curso, professora Juliana Martins. Há intensão de inserir outros docentes ou bolsistas. Além disso, busca-se atrelar a clínica ao mestrado em direito – a ser criado – para coligar as ações de extensão com os bolsistas e estagiários provenientes da graduação e/ou o PPG.

c) Desafios e Próximas Etapas

A sobrecarga de trabalho é o maior desafio. Apreender fluxos novos, atender demandas no prazo e ainda assim manter os projetos de pesquisa e

extensão em funcionalidade, com a obrigatoriedade de ministrar duas disciplinas por semestre, tudo isso é adoeecedor. Fazer isso com qualidade e produtividade é impossível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise consolidada do exercício evidencia que o Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) manteve desempenho institucional relevante, assegurando a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas, mesmo diante de limitações orçamentárias, sobrecarga de trabalho e desafios estruturais persistentes.

Destaca-se o fortalecimento da qualificação docente, em especial no Curso de Ciências Econômicas, com ampliação do número de doutores, retorno de docentes de afastamentos para qualificação e consequente incremento na submissão de projetos de pesquisa e extensão. Além do mais, o retorno dos docentes das licenças doutorais possibilitou ampliar a submissão de mais projetos de pesquisa e extensão no curso, estimulando e direcionando ações de inovação, orientando os alunos para uma formação acadêmica mais aprimorada, adquirindo habilidades práticas e teóricas, além de possibilitar, permitindo um melhor desenvolvimento do curso, por conseguinte da universidade, buscando impactos positivos possibilitando benefícios à comunidade.

Além disso, no curso de Economia, podemos apontar aprendizados constantes, trocas de vivências, conhecimentos, saberes entre as três categorias que forma a universidade: docentes, técnicos e discentes. Durante o ano em questão, as reuniões de NDE tem buscado analisar e discutir o atual PPC, a situação dos discentes do curso, a exemplo de um ponto de reformulação curricular, onde se constituiu a comissão de revisão do TCC do curso para inclusão da opção de artigo como trabalho de conclusão curso; tem discutido sobre os alunos retidos, os egressos; a revisão do atual PPC; participar em 2026 da comissão que fará um trabalho sobre os indicadores de retenção e evasão dos curso do ICS, portanto, temas que continuarão suas discussões e

encaminhamentos em 2026.

Como apontado pela Coordenação do Curso de Arqueologia, destacamos o desafio foi equilibrar as atividades administrativas com as demais obrigações de docência, pesquisa e extensão. E realmente muito exaustivo. Mas dentro dessa situação, entendemos, que conseguimos seguir com as atividades do calendário administrativos do instituto e com ações como concursos de contratação de professores substituto e efetivo, o que também é um grande desafio.

Ressaltamos que a sobrecarga de trabalho é o maior desafio. Apreender fluxos novos, atender demandas no prazo e ainda assim manter os projetos de pesquisa e extensão em funcionalidade, com a obrigatoriedade de ministrar duas disciplinas por semestre comprometem a produtividade

No que se refere à gestão orçamentária, o exercício foi marcado por um cenário de restrição de recursos, comum às instituições federais de ensino superior, o que exigiu da Unidade uma postura de racionalização, priorização e readequação constante das demandas. O orçamento disponível mostrou-se insuficiente para manutenção das atividades essenciais, atender plenamente às necessidades estruturais, de expansão e de melhoria das condições de trabalho do Instituto.

Em relação ao número de alunos graduados em 2025, foram formados 52 estudantes, sendo 25 no curso de Direito, 10 em Economia, 8 em Gestão Pública, 5 em Arqueologia e 4 em Antropologia. De forma geral, isso evidencia uma taxa de conclusão reduzida no exercício, o que não pode ser analisado isoladamente como desempenho negativo, mas deve ser compreendido à luz das especificidades dos cursos, da duração regular das graduações, dos fluxos de ingresso anuais, dos índices de retenção e das condições institucionais, incluindo limitações orçamentárias, sobrecarga docente e insuficiência de infraestrutura.

Ainda assim, os números indicam a necessidade de aprofundar o acompanhamento acadêmico e de fortalecer políticas institucionais voltadas à permanência e à conclusão dos cursos, de modo a ampliar, de forma

sustentável, o número de egressos do ICS nos próximos exercícios.

Mesmo diante de um contexto marcado por restrições estruturais, ampliação de demandas administrativas e intensificação das atividades acadêmicas, o presente Relatório de Gestão evidencia que, ao longo do exercício analisado, o Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) consolidou avanços significativos no cumprimento de sua missão institucional. As ações desenvolvidas reafirmam o compromisso do Instituto com a formação crítica, interdisciplinar e socialmente referenciada, alinhada às especificidades e desafios da região Oeste do Pará.